

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR DA SOCIEDADE SALESIANA

SUMÁRIO

I. Carta do Reitor Maior

A nossa pobreza hoje.

II. Disposições e Normas

Retiros mensais e trimestrais.

III. Comunicações

Lembrança para 1969 — Exatidão na compilação das fichas estatísticas.

IV. Atividades do Conselho Superior — Iniciativas de interesse geral

a) — Redimensionamento das Inspetorias — Curso dos Voluntários para a América Latina — Solidariedade entre as obras da Congregação — Segundo Noviciado — Casa Geral — Turim-Valdocco — Laicato Missionário.

b) — Iniciativas de interesse geral.

V. Documentos

Amar a Igreja: o dever da hora presente (Discurso pronunciado pelo Santo Padre no dia 18 de Setembro de 1968) — Obediência à Igreja, virtude e empenho de todos. (Discurso pronunciado pelo Santo Padre no dia 17 de outubro de 1968) — A "lex orandi" da Igreja deve concordar com a fé, a tradição e a lei canônica. (Discurso do Santo Padre aos membros do "Consilium" sobre a Sagrada Liturgia, no dia 14 de outubro de 1968) — Saudação do Santo Padre aos Missionários Salesianos de partida para a América Latina — Carta dos Missionários de partida para a América Latina ao Reitor Maior.

VI. Necrologia (3.º elenco de 1968).

I. CARTA DO REITOR MAIOR

Turim, Festa de Cristo Rei, 1968

Irmãos e filhos caríssimos,

Há tempo estava pensando em entreter-vos sobre um argumento de particular e atual interesse para a vida e a missão da nossa Congregação na Igreja de hoje e — antes ainda — para a vida e a vocação nossa pessoal de religiosos e salesianos.

Os contatos destes últimos meses — direta ou indiretamente — em parte com tôdas as Inspetorias e com muitíssimos irmãos, as numerosas cartas de várias partes do mundo, as relações ouvidas nos três Encontros continentais dos Inspetores, confirmam que não devo deixar para mais tarde essa tratção.

Entreter-vos-ei, pois, sobre o tema da pobreza, convicto de cumprir assim meu exato dever, de vir a um tempo ao encontro do desejo e — por que não dizê-lo? — das preocupações de tantos irmãos que vêm precisamente na pobreza um poderoso e insubstituível sustentáculo para a sorte da nossa Congregação, sustentáculo que devemos todos juntos manter bem firme. Digo todos, porque cada um de nós — mesmo sem o saber — tem a sua parte positiva ou negativa na defesa dêsse baluarte da vida religiosa. De fato, foi dito que a pobreza, na linha de defesa e de conquista de cada Instituto, representa um ponto de ruptura. E com razão:

basta um pouco de reflexão, basta um exame superficial da história eclesiástica para dar-se conta das repercussões que a pobreza tem nos gânglios vitais de uma Congregação.

Explicam-se, dessarte, as palavras constantemente graves, amargas e, diria, apocalípticas do nosso Pai, diante de perspectivas de desmoronamento sôbre a pobreza na Congregação. Dom Bosco, aliás, está na mesma linha dos grandes Fundadores e Padres de Ordens Religiosas. Santo Inácio chama a pobreza “baluarte que protege o estado religioso”. Santo Afonso acrescenta que “tocar na pobreza significa abalar o edificio inteiro da Congregação”.

E Dom Bosco? Todos conservamos no coração aquelas palavras que nos fazem tremer: “Ai daquelas casas em que se começa a viver como ricos” (*M.B.* IX, 701); “Fazei com que ninguém tenha que dizer: êstes móveis não indicam pobreza, esta mêsa, esta roupa, êste quarto não é de pobre... Quem dá margem razoável para tais apreciações, causa um desastre à Congregação que deve sempre gloriar-se da sua pobreza” (*M.B.* XVII, 271).

Quisera que cada uma dessas palavras do nosso Pai fôsse meditada em cada casa, em cada Inspetoria e confrontada com a situação que hoje ali se verifica.

A pobreza: uma virtude não contestada

Existe, além do mais, um fato que todos facilmente podem verificar e nos convida à vigilante e diligente atenção sôbre a pobreza.

Na Igreja hoje se ouvem contestações, embora não plausíveis, acêrca do celibato, da obediência e da mesma natureza de nossa vida religiosa; mas com relação à pobreza não só dos religiosos como dos sacerdotes, na Igreja inteira, não há contestação alguma; pelo contrário, acentua-se fortemente o auspício que se pratique na Igreja e, a êsse respeito, ouve-se um côro possante de vozes provenientes de tôda classe de pessoas, dentro da mesma Igreja e fora dela. De tôdas as

partes ecoa a voz do Concílio e do pós-concílio, de João XXIII e de Paulo VI.

Quer-se não somente uma “Igreja dos pobres”, mas “uma Igreja pobre”. Reclamam-se ministros de Cristo e apóstolos que sejam verdadeiramente pobres; desejam-se ver obras apostólicas que expressem e demonstrem claramente essa pobreza, e não uma organização econômica ou como quer que seja uma demonstração de poderio; deplora-se em altas vozes que “ordens religiosas levam uma vida mais confortável e mais cômoda do que muitos leigos que têm obrigações de família e que trabalham duramente” (*Fesquet, Roma si é convertita?*). “Só uma Igreja evangêlicamente pobre — foi ainda escrito — poderá evangelizar o mundo da era atômica, que se descobriu espantosamente pobre”.

Esta sensibilidade por uma pobreza que se diria descarnada na Igreja e, mais ainda, na vida religiosa de hoje, mesmo entre elementos de intemperança e de extremismo, apresenta sem dúvida aspectos positivos, consoladores e, ao mesmo tempo, admoestadores.

Com efeito, o homem de hoje, em meio a tantos defeitos, possui peculiares atitudes psicológicas que o levam a procurar na Igreja e nos homens valores autênticos, coerentes com a sua profissão e encarnados, como se costuma dizer, tais que sejam bem “legíveis” também pelo superficial, mas exigente homem moderno.

Essa atitude, como eu dizia, verifica-se com evidência relativamente à nossa pobreza.

Mas também não devemos ignorar um perigo nessa atitude, especialmente em nosso ambiente, isto é, o perigo do verbalismo, daquilo que foi definido a retórica da pobreza.

Um escritor de espiritualidade observa a êsse respeito: “Acontece na vida religiosa que aqueles que mais falam sobre a pobreza nem sempre são os mais atentos em evitar desperdícios, despesas inúteis, exigências caras, e têm muitas vêzes pretensões que deixam desconcertados”. “Para a pobreza, como aliás para o demais, testemunha o Evangelho,

não consiste tudo em palavras bonitas, mas em ouvir, conservar e pôr em prática as palavras mesmas do Senhor” (Benoit-Lavaud, *Rivista di Ascetica e Mistica*, 1967 pág. 347).

Nosso empenho.

Justamente a isso se destinam estas páginas, caríssimos irmãos. Convido-vos a lê-las, a fazer delas matéria para reflexão pessoal e, — por que não? — para diálogo útil, a fim de tirar delas conclusões concretas, embora não fáceis.

Se o fenômeno da pobreza é tão vivo no nosso tempo, despertando em tôdas as direções interêsses e preocupações, a nossa Congregação deve sentir o problema como determinante no enfoque de sua vida e atividade espiritual e apostólica, antes mesmo de certos problemas de disciplina, organização, ação, etc.

A Congregação, podemos afirmá-lo tranquilamente, nasceu da pobreza, cresceu com a pobreza, apareceu para os pobres. Por isso hoje, diante de fenômenos de desvios, diante de desmoronamentos e compromissos, ela deve olhar com responsável clareza o problema que não é secundário, e deve indicar os caminhos e as modalidades oportunas para que se opere um redimensionamento substancial e prioritário com a colaboração de todos, na fidelidade absoluta a Dom Bosco, que foi Pai dos meninos pobres e necessitados, e quis uma Congregação pobre para a juventude pobre.

Nas pegadas de Cristo.

Antes, porém, de colocarmo-nos num plano prático, é necessário que recordemos juntos algumas idéias fundamentais das quais emanam, por força de lógica e coerência, as deduções concretas que empenham a nossa vida pessoal e a da comunidade, as nossas responsabilidades de superiores, de administradores, de apóstolos, de membros vivos e ativos da Congregação.

A nossa pobreza enraíza os seus motivos na nossa consagração a Deus, levada com os votos às últimas consequências, fazendo de nossa vida inteira um serviço exclusivo de Deus. Nós afirmamos, mais do que com as palavras, com a nossa vida de consagrados: “Ecce nos reliquimus omnia” (*Mat.* 18,27); “Ego sum vinctus in Domino” (*Efes.* 4,1). Nós aceitamos em cheio a palavra de Paulo que diz: “Non estis vestri” (*1 Cor.* 6,19). E sentimos que uma vida religiosa que saísse dessas perspectivas seria absurda, isto é, uma vida que não teria explicação lógica, com tôdas as consequências.

Reconhecemos então — também através de uma ampla e triste experiência — tôda a verdade da afirmação do XIX Capítulo Geral: “O Salesiano para quem o Cristo e Seu Pai já não são os grandes presentes na sua vida, perdeu a fonte da verdadeira alegria e da generosidade sobrenatural” (A.C.G. XIX, pág. 92).

Mas a nossa consagração, o estado religioso que abraçamos, levam, na expressão da “*Lumen Gentium*” a uma imitação generosa e diligente de Cristo: “...o estado religioso mais fiêlmente imita e continuamente representa na Igreja a forma de vida, que o Filho de Deus abraçou quando veio ao mundo” (*L.G.* 44).

E isto, é claro, vale sem mais “para a vida pobre que o Cristo Senhor escolheu para si” (*ib.* 46). Com ela, de fato, por meio de nossa consagração entendíamos e entendemos uniformizar tôda a nossa vida.

O Decreto “*Perfectae Caritatis*” diz precisamente, e sem dúvida são palavras bem ponderadas: “A pobreza voluntária, motivada no seguimento de Cristo, de que se constitui, sobretudo nos dias de hoje sinal muito apreciado, deve ser cultivada diligentemente pelos religiosos” (P.C. 13).

Aqui está, pois, o centro e o fundamento da nossa pobreza, a “sequela Christi”, a quem voluntariamente nos devotamos: Cristo pobre, nosso exemplo, nosso tipo, nosso ideal. E isso não num plano platônico, retórico, mas real, vital.

Também nós repetimos com Francisco: “Nudus nudum sequar”. — Quero ser fiel seguidor de Cristo pobre, verdadeiro pobre. Dêle diz Romano Guardini: “A estirpe da qual Cristo descende é decaída, e Ele está bem longe de pensar em reintegrá-la; de uma corrida para o poder nem sequer a mais remota idéia... Jesus é pobre. Não como Sócrates, cuja pobreza desperta fama de filósofo. Não! É pobre, assim, simplesmente, realmente” (Guardini, *Il Signore*, pág. 229). E ainda: “O que é característico em Cristo, não está no fato que Ele renuncie às delicadezas do mundo para impor-se privações, mas na liberdade... Liberdade perfeita, serena, soberana. Eis a grandeza do Senhor. Ele é livre de todo mais remoto rancor por aquilo que Ele não goza” (*Ib.* pág. 258). Estas observações de Guardini nos devem guiar na avaliação de tôdas as referências evangélicas sôbre o Cristo pobre que achamos também em “*Perfectae Caritatis*”. Pois bem, de Belém a Nazaré, ao Calvário, ao Sepulcro pôsto à disposição por José de Arimatéia, Cristo viu a pobreza como libertação, e portanto a vida na pobreza como vida na liberdade.

A pobreza nos liberta

E é justamente a liberdade um “elemento oxigenante e dinâmico” da nossa pobreza. Liberdade que torna a nossa alma disponível para Deus. No autosuficiente não há lugar para Deus, e quando quem vive a pobreza evangélica adverte a insuficiência humana e a consequente necessidade de Deus que êle procura e encontra livre dos laços e do pêso das cousas terrenas.

“O sacerdote, diz Courtois, — e nós poderíamos dizer o religioso — estando pessoalmente afastado dos bens materiais, não é tentado de esquecer, na azáfama da ação, os meios sobrenaturais: êle faz as contas com Deus, conta com Deus, e Deus não falha. Desde que êle não tem outra finalidade que não seja o Seu Reino, todo o resto lhe é dado por acréscimo; desde que renunciou ao espírito de propriedade que, no en-

tender de Olier, é o que se possa imaginar de mais contrário ao espírito cristão, Deus toma posse d'êle, fala através de seus lábios, ama por meio de seu coração e se doa através de sua dedicação". (G. Courtois, *Incontri con Dio*, Vol. II, pág. 87).

A pobreza é o primeiro corretivo a orientar para os bens espirituais numa sociedade (e todos nós não podemos ficar estranhos a ela) que com a multiplicação dos bens materiais corre o risco de ficar escrava.

Com razão se fêz notar que o ateísmo explícito nasceu primeiramente nos países opulentos. É mais do que sabido que o mal da imoralidade, e não somente isso, é precedido pelo da riqueza e do bem-estar, que fizeram esquecer as cousas do céu. Enquanto, pois, o progresso puramente material arrisca fazer perder a visão e o sentido das cousas espirituais, a pobreza (não dizemos a miséria, note-se bem) traz na vida do homem o sentido das proporções dos valores sem nivelar nem materializar. Tudo isso, é supérfluo dizê-lo, vale exatamente também para nós religiosos, e a experiência cotidiana no-lo confirma: a falta de pobreza no indivíduo e na comunidade afeta fatalmente a vida religiosa nos seus elementos essenciais, desde a castidade à piedade, do zêlo apostólico à vida comunitária. Não se exagera se se afirma que numerosos males e desastres nas comunidades eclesiais e religiosas estão intimamente ligados com o solapamento da pobreza. É a lição da história que no-lo diz e o confirma a crônica e a experiência cotidianas.

Uma idéia central do Concílio

Compreende-se então como a Igreja do Concílio, examinando-se corajosamente à luz de Cristo e da história, tenha pôsto o acento sobre a pobreza como sobre um ponto cardinal.

Uma idéia central, no meio de tantas referências a êste respeito, a encontramos na "Lumen Gentium". Aí lemos com efeito: "Assim como Cristo consumou a obra da redenção na pobreza, assim a Igreja é chamada a seguir o mesmo ca-

minho a fim de comunicar aos homens os frutos da salvação" (L.G. 8).

Esta afirmação programática encontra uma explicação mais concreta nas palavras de Paulo VI. Ele, de fato, em "Ecclesiam suam" assim fala aos Bispos: "Achamos que o espírito de pobreza seja necessário para fazer-nos compreender tantas fraquezas nossas e ruínas nos tempos passados e para fazer-nos compreender outrossim, qual deva ser o teor de vida e qual o método melhor para anunciar às almas a religião de Cristo. Nós aguardamos que vós digais como devam, pastores e fiéis, dar à sua palavra e à sua conduta a marca da pobreza" (n. 56).

A Igreja, pois, sem sombra de dúvida, vê na pobreza o seu caminho, o seu método, a sua mesma vida. Por isso quer libertar-se daquilo que o Papa João chamará "formas imperiais".

E é justamente êsse sentido de libertação proveniente da pobreza evangêlicamente vivida que leva o mesmo Papa João a dizer: "Não é sem grande esperança e com nosso grande conforto que vemos a Igreja hoje, finalmente, não sujeita a tantos obstáculos de natureza profana, que havia no passado" (*Discurso de abertura do Con. Ecum. Vat. II*, 11 de out. de 1962).

Paulo VI, reforçando, sentirá a necessidade de afirmar: "É mister que nós liberemos a Igreja do manto real que há séculos foi jogado sôbre seus ombros..."; antes, falando à nobreza romana, Ele poderá dizer: "Sentimo-nos humanamente pobres diante de vós; diante de vós, nós agora estamos de mãos vazias". Mas imediatamente acrescenta com ares de alegre vitória: "O título com que nós nos apresentamos é tão sômente o do poder espiritual" (*Discurso à Aristocracia Romana*, 14 de Jan. de 1964).

Um testemunho que os homens de nosso tempo esperavam.

É exatamente isso que a sociedade e os fiéis esperam da Igreja, dos seus homens, de nós.

Eis uma síntese dessa espera motivada: “O eclipse de Deus, que de maneira tão alarmante se produziu no seio das antigas cristandades, está em relação com a densidade de riquezas e com o poder que, com a sua espessa opacidade, destruiu a transparência divina da Igreja. Uma Igreja humanamente poderosa e rica de maneira alguma pode fazer transparecer a distância transcendente do Absolutamente-Outro. No horizonte da humanidade atômica Deus só poderá aparecer através da subtil e tênue transparência de uma Igreja pobre, humilde e despojada” (González Ruiz, *Pobreza Evangélica e promoção humana*, pág. 110).

Em suma, tudo nos leva a uma pobreza que se traduz numa liberdade total diante das potências da terra, seja qual fôr o modo com que elas se expressem e operem, uma pobreza destacada dos bens da terra, uma pobreza sobretudo desinteressada que saiba adaptar-se a condições novas, que vá ao encontro dos pobres, dos necessitados; uma pobreza que seja “desaprovação do primado da economia e da capacidade dos bens temporais na satisfação do coração humano” (Card. Montini, *Discursos*).

É essa pobreza de “libertação interior” (Paulo VI) que regula e dosa a justa relação com as coisas do mundo: com a técnica, com as comodidades modernas, com o divertimento, etc.

Uma realidade não sòmente econômica

Mas consideremos mais especificamente a nossa pobreza de consagrados, de religiosos.

Dizíamos que na definição de pobreza religiosa apresentada pelo “*Perfectae Caritatis*”, simplicíssima, entretanto tão bem enquadrada, encontra-se o porquê dessa virtude que nós voluntariamente aceitamos: “Seguimento de Cristo” (P.C. 13).

Nossa pobreza, pois, não é uma realidade econômica e social, que nós não escolhemos, mas tão sòmente suporta-

da, como a de muitos: a nossa é uma pobreza escolhida livremente, buscada, mas não para ficarmos livres de preocupações do dinheiro e dos bens temporais. Seria essa uma pobreza simplesmente estóica.

Lembremos o pensamento de S. Jerônimo: “O importante não é o “nós deixamos tudo”: também o filósofo Crates faz isso; e muitos outros desprezaram a riqueza. O importante é “para seguir-Te”, e isso é peculiar dos apóstolos e dos que acreditam” (*Da Homilia do Comum dos Abades*).

E nós acrescentamos que o religioso com o seu desapego também exterior coloca-se em condições de “seguir a Cristo mais de perto”. E por que? Porque o ama! Com um amor que se faz imitação, união, serviço. ...

Nós escolhemos e amamos a pobreza porque Jesus a amou. Tomamos parte alegremente na pobreza, porque ela assinalou tôdas as etapas de sua vida, porque sabemos, como Ele ensinou, que o nosso tesouro está nos céus, e que Cristo ressuscitado é a nossa verdadeira riqueza; e isso nos leva a tender com mais entusiasmo e com maior garantia à posse dos bens eternos.

Destarte a nossa pobreza, ao mesmo tempo que é sinal de nosso amor a Cristo, exprime a nossa fé nêle, nas suas promessas, na sua palavra; e desta palavra dá testemunho ao mundo que hoje está mais disposto a acreditar diante da nossa pobreza que diante de obras, mesmo impressionantes.

A êsse respeito dizia o Card. Veldier: “Minha longa experiência me ensinou que o povo ama verdadeiramente não o apóstolo eloquente, não o apóstolo culto, e nem sequer o apóstolo piedoso, mas aquêle do qual se pode dizer: Êste não tem nada para si! O apóstolo que é verdadeiramente pobre está na crista da onda do povo e faz milagres no meio dêle”.

Por isso, ao mesmo tempo que trabalhamos sèriamente e sem descanso para o nosso sustento cotidiano, olhemos,

sim, para o amanhã, devemos prevê-lo também, mas sem inquietação desesperada entregando-nos com confiança nos braços de nosso Pai que nutre as aves do firmamento e veste os lírios do campo...

Realizações e solidariedade

Mas essa nossa pobreza alegre e amorosamente voluntária traz outros magníficos frutos.

Com ela, enquanto renunciemos a ter bens estritamente pessoais à nossa disposição, eliminando assim aqueles motivos de lutas, de ciúmes e de ansiedades que angustiam e envenenam tantas existências no mundo, ao mesmo tempo cada um de nós contribui com suas forças, seus recursos pessoais, suas atividades para o bem de todos os irmãos, dos quais correlativamente recebe de acôrdo com suas necessidades concretas.

É a lei da solidariedade que opera nos dois sentidos: recebe e dá; sendo cada um útil a todos e contemporaneamente é ajudado por todos.

É a realização no tempo da fraternidade dos primeiros cristãos que “viviam com igualdade e punham tudo em comum” (*Atos*, 2,44); fraternidade que deve exprimir-se numa igualdade real entre os irmãos, sem aquelas discriminações que anulam de fato a vida fraternamente comunitária. Nenhuma diferença, pois, no uso de tantas coisas entre os que administram e os que não administram, entre quem faz o trabalho diretamente remunerado e quem exercita atividade que economicamente não rende; a única diferença admissível será devida a motivos de saúde ou de serviço.

Uma pobreza vivida assim é a superação do egoístico “meu” e “teu” que envenena e mata, muitas vezes, também nas famílias naturais, a caridade fraterna, e é justamente o incentivo na construção de uma vida comunitária na verdadeira caridade.

Amor pelos pobres

Mas sempre a propósito da pobreza religiosa, em “*Perfectae Caritatis*” lemos outra palavra que nos convida a refletir: “Todos os religiosos devem amar os pobres nas entranhas de Cristo” (*P.C.* 13). Esta passagem é extremamente lógica. De fato, com a pobreza voluntária nós nos unimos não somente ao Cristo pobre, mas a todos os pobres dos quais Cristo quis tornar-se irmão a ponto de, em certo sentido, identificar-se com eles.

Jesus se coloca no lugar dos pobres “...a mim o fizestes”! Tudo isso não é uma comovente metáfora, uma sublime ficção, mas uma realidade, uma clara identificação. Jesus, de fato, não disse “suponde fazê-lo a mim”, nem “eu o considero feito a mim”; mas disse: “a mim o fizestes”.

Há, portanto, uma presença de Cristo nos pobres que são os clientes privilegiados do Evangelho: a eles, nessa linha, a Igreja do Vaticano II tem demonstrado toda a sua predileção, feita não de sentimentos e de retórica, mas de compreensão e de obras.

Esse apêlo de olhar para os pobres, de parar no seu triste caminho com o coração de samaritano, é tanto mais forte e urgente, quando, através dos meios modernos que a técnica nos oferece, os sofrimentos, a miséria, as necessidades de milhões de irmãos, pequenos, velhos, mulheres, já não são ignorados, já não se podem ignorar, mas em poucos minutos se apresentam a nossos olhos em toda a sua tristíssima e chocante realidade. Hoje podemos dizer que temos um conhecimento documentado e contínuo; há somente o perigo de que os nossos olhos e — pior ainda — o nosso coração se acostumem a essa visão.

“Hoje, na nossa assim chamada civilização de opulência, e num mundo em que os homens aprenderam a dirigir mísseis, mas não aprenderam a viver como irmãos, numa sociedade em que a maior parte desconta com a fome a indigestão de poucos, a miséria assumiu proporções espanto-

sas. Há estatísticas, cifras, episódios que não deveriam deixar dormir” (A. Pronzato, *Ma io vi dico*, pág. 143).

Voluntários da pobreza

Essas palavras devemos recebê-las como dirigidas a nós que, diante da Igreja e da sociedade, somos os “voluntários da pobreza”, e, como tais, os mais qualificados “a não dormir”, a não vender-nos os olhos e a não betumar os ouvidos diante de milhares, de centenas de milhares, de milhões de irmãos que não somente nos “slums” de Calcutá, nas “favelas” do Rio de Janeiro, nas “barriadas” de Bogotá, etc., mas nas mesmas cidades onde habitualmente trabalhamos, talvez na viela ao lado de nossa casa, nos fazem ouvir a palavra angustiante: tenho fome!

Essa palavra um dia a ouviremos novamente proferida por aquêle que se oculta no pobre, em cada pobre: “Tive fome!

Não se trata, irmãos queridos, de demagógico ou romântico classismo; não, trata-se, ao invés, de colocarmos-nos, de fato, no lugar que nos compete. S. Basílio, em uma de suas homilias, dirigindo-se ao rico insensato, profere estas cerradas e severas acusações: “Se alguém arranca a roupa de quem está vestido, chama-se ladrão. E quem não veste ao nú, quando pode fazê-lo, merece talvez outro nome? O pão que guardas para ti, é de quem tem fome; o manto que conservas no guarda-roupa é do nũ; os calçados que apodrecem na tua casa são do descalço; a prata que conservas enterrada é do necessitado”.

O Abbé Pierre, que conhece muito bem e vive como verdadeiro cristão e sacerdote a tragédia da miséria no mundo, diz palavras que se podem referir a cada um de nós: “Diante de todo sofrimento humano, de acôrdo com as tuas possibilidades, esforça-te não somente para aliviá-lo sem demora, mas igualmente para destruir-lhe as causas”.

Então, se é verdade que “ninguém tem direito de ser feliz sozinho” (Raoul Follereau), se é verdade que a nossa pobreza é imitação do Cristo, ela deve conduzir-nos a uma vida concretamente empenhada nos confrontos dos pobres.

Confronto leal

O primeiro empenho me parece deva ser este: colocarmos-nos corajosamente em confronto com essa turba de irmãos pobres, e não digo somente de subalimentados, de miseráveis, mas de pobres, de operários, de trabalhadores.

Seria interessante, por exemplo, encontrarmos-nos às cinco da manhã, em tantos trens de operários que, em todas as partes do mundo, transportam centenas de milhares de trabalhadores, empregados, professores, etc., para subúrbios ou cidades distantes 50, 60, 70 Kms. E depois, à tarde, em viagem de volta, ainda juntos, após um dia de trabalho, muitas vezes com a mente o coração voltados para os filhos, a esposa doentes... Seria muito útil tocar com as mãos esses dramas, certas situações, certas realidades dolorosíssimas de cuja existência nem imaginamos sequer.

Também tantos parentes nossos, muitas vezes os mesmos pais de nossos alunos, a que vida de sacrifício e de trabalho não se sujeitam pela família, pelos filhos, para viverem, sem contudo julgarem-se uns heróis! É essa a vida de milhões de homens e de mulheres, que não fizeram voto de pobreza, de renúncia... Trata-se de todos os pobres, não somente daqueles que estão desprovidos de bens de fortuna ou de garantias do seu futuro, mas também de todos os que não têm os bens essenciais à vida humana e sobrenatural e que nós possuímos.

Pobres são aqueles que não têm o apoio da estima dos demais. Pobres são, finalmente, aqueles que não possuem a luz da vida divina e não sabem que o Cristo vem sobretudo para eles e que Ele bate à porta de sua vida... (G. Huyghe, *I Religiosi, oggi e domani*, pág. 225 s.).

Ora nós por demais falamos “da nossa pobreza”, “da nossa renúncia”, “da nossa vida de sacrifícios...”. Essas palavras, a força de as repetirmos, podem tornar-se a cobertura de uma mentalidade e atitudes de pequenos burgueses.

Motivos de confusão

Reconheçamos honestamente, diante de um número tão grande de homens que realmente levam uma vida dura, que a nós normalmente não falta nada. nenhuma preocupação, antes, um certo “conforto”.

Até que ponto podemos então considerar-nos pobres, especialmente quando o teor, o estilo da nossa vida não é um “sinal” claro da nossa pobreza?

Também por uma questão de respeito para com tantos e tantos irmãos que levam uma vida de trabalho e de sacrifício, também por um senso de respeito para com a Divina Providência que, a final de contas, nos permite uma posição que não conhece a insegurança e as preocupações que atormentam milhões de pessoas, devemos sentir o empenho de uma vida marcada pela austeridade.

Não gostaria ser mal entendido. Sei que muitas de nossas comunidades não somente são exemplares neste setor, mas muitas vêzes se satisfazem com uma alimentação que, tanto na quantidade como na preparação, em nada se diferencia da comida de tanta gente pobre. E com alegria que daqui presto minha homenagem a êsses irmãos que com simplicidade salesiana vivem uma vida autênticamente sacrificada.

Mas justamente também em vista dêsses irmãos nossos, filhos da mesma Mãe comum a Congregação (mas não somente por isso) devemos examinar bem o nível e o teor da mesa em cada uma de nossas comunidades.

Não se afirma em absoluto que devamos subalimentar-nos em homenagem a tais situações e pelo fato de que milhões de homens morrem de fome. Trabalha-se e é necessá-

rio alimentarmo-nos e sustentarmo-nos de modo adequado. Mas me parece que de maneira nenhuma se podem coadunar com a nossa pobreza certos serviços de mēsa mais do que superabundantes, como também as exceções fáceis na comida por motivos não sempre convincentes. Não podemos aceitar que a nossa mēsa esteja hãbitualmente provida em quantidade e qualidade, muito mais abundantemente do que a de tantos nossos benfeitores aos quais pedimos auxílios, ou de eventuais hóspedes e amigos; isso, sem dúvida, provoca nēles impressões certamente não edificantes.

Isso, repito, não tem nada que ver com a alimentação sadia e adequada às necessidades do nosso trabalho, a qual deve ser preparada com todo cuidado e muita compreensão por quem está encarregado; mas os exageros, não; devemos evitã-los, como também me parece seja conveniente evitar certas fotografias — publicadas não raro também em revistas — que reproduzem salesianos assentados a mesas lautamente preparadas.

Fiquei felizmente admirado lendo que há famílias católicas que uma vēz por semana se deitam sem jantar, para que todos os membros, especialmente os jovens, saibam o que são os estímulos da fome e compreendam o que quer dizer “ter fome”. A poupança dēsse jantar destina-se integralmente aos pobres. Trata-se de pessoas que não fizeram, como nós, profissão de pobreza: justamente por êsse motivo o seu exemplo me parece uma advertência mais forte para nós.

O virus do bem-estar

Depois de ter aludido ao serviço de mēsa, podemos acrescentar outra observação: certas longas, comodíssimas e inativas férias, que nem sequer pessoas abastadas se permitem, certas viagens de exclusivo turismo ou de qualquer maneira dispendiosas sem uma razão proporcionada, o cuidado de procurar para uso pessoal e satisfação própria máquinas e instrumentos não só custosos, mas que exigem sem-

pre novas despesas pelo seu uso; correr, numa palavra, angustiosamente em busca da posse de tantas e tantas coisas, tudo isso pode chamar-se pobreza religiosa e conciliar?

E que dizer de certos ambientes que invés de oferecerem em uma digna disposição e simplicidade, ostentam nos móveis e no equipamento um luxo que, especialmente hoje, provoca reações e comentários em nada favoráveis?

Digamo-lo com fraterna sinceridade: hoje o vírus do bem-estar entra por muitos caminhos nas nossas comunidades, a vida se torna burguesa e se procuram justificativas que no final não convencem: e isso também da parte de quem deveria vigiar, intervir e tomar providências.

Colocamo-nos num plano perigosamente inclinado de modo que, “sensim sine sensu”, um desmoronamento prepara e encoraja novos desmoronamentos; a consciência, para abafar dúvidas e remorsos, se acomoda e encontra, para os abusos e as traições, motivações subtis, mesmo que não sejam decididamente convenientes, no exemplo dêste ou daquele irmão, no silêncio (talvez demasiado prudente) de quem deveria chamar a atenção, etc. Entretanto o mal se espalha como mancha de óleo, o nível religioso desce, a sensibilidade espiritual e apostólica se esclerotizam, abrem sempre mais caminho um certo burguesismo, um certo comodismo que fatalmente desembocam num laicismo prático.

Ruína da vida religiosa

Sei que nem sempre toda a realidade corresponde exatamente ao quadro que acabo de esboçar. Mas isso não elimina a substância da situação. Em todo caso é absolutamente verdadeiro e historicamente documentado que Comunidades e Institutos Religiosos se tornaram anêmicos e foram desaparecendo, embora lentamente, passando precisamente através do abandono progressivo da pobreza por parte de cada membro e das Comunidades.

Aliás, mesmo nesses dias que correm, os leigos no-lo repetem, e mais ainda os jovens, os quais condicionam sua confiança à nossa coerência exatamente no tema da pobreza. Eles nos dizem: “Como podemos crer em vós, homens consagrados a Deus na pobreza, que dizeis terdes renunciado a tudo por Cristo, se não viveis êsses valôres evangélicos de modo que possais ser compreendidos pelos homens numa época em que mais do que nunca o sinal externo tem mais valor?”

O Padre Häring, examinando numa conferência sôbre a pobreza o valor do serviço e do testemunho pelo Evangelho que os bens materiais devem ter para nós, faz estas acertadas observações quanto ao seu reto uso: “Um Mercedes é mais útil do que um pequeno Fiat, tem maior segurança na estrada, e nos leva ao término da viagem mais ràpidamente, mas não presta um maior serviço ao Evangelho. O pequeno Fiat é menos cômodo, mas presta um serviço mais alto como testemunho. O Bispo de Ringsburg, muito douto, havia recebido de presente um Mercedes no tempo do ressurgimento econômico da Alemanha; pareceu-lhe uma cousa boa porque era útil e também porque era um *presente*. Porém, quando foi feita uma pesquisa entre todos os estudantes secundaristas da cidade, “de que gostas na Igreja e de que não gostas”, o ponto número um da escala dos escândalos resultou o Mercedes do Arcebispo. Entretanto era um presente, era útil, prestava excelente serviço... mas na escala dos escândalos ocupava o primeiro lugar. Quando o bispo soube, imediatamente vendeu o Mercedes e comprou um Volkswagen, que também os operários já possuíam.

Depende da situação: na América são menos sensíveis, mas assim mesmo muitas vêzes ouvi palavras de crítica a um Bispo que possuía dois Cadillacs. Ouviu-se também criticar um certo religioso que fêz carreira eclesiástica e viaja de Cadillac; não presta o serviço de testemunho, de serviço típico, característico, que nós queremos prestar ao povo. E isso, como afirma o Decreto “*Perfectae Caritatis*” depende também das circunstâncias”.

Os exemplos trazidos acima servem muito bem para dar critérios para o uso de tantos bens e meios, do carro ao gravador, à discoteca, à máquina fotográfica, à máquina de filmar, à coleção de selos, etc.

Mais de uma vez ouvimos, nesses últimos tempos, a jovens que recusaram fazer parte de uma Congregação na qual os membros levam uma vida cômoda, com confortos burgueses, onde o jovem moderno, que ama empenhar-se sem acomodações e transações, encontra, ao contrário, um abandono prático do ideal professado.

Todos vós, irmãos caríssimos, compreendeis os muitos porquês destas minhas observações e acolhendo-as lhes dareis o devido valor.

Salesianos pobres para a juventude pobre

A nossa “sequela Christi pauperis”, a palavra de Cristo “a mim o fizestes”, nos levam a uma consideração tódá salesiana, a um aviso exato, a um empenho recebido por herança do nosso Pai, empenho reconhecido e a nós renovado ainda hoje pela Igreja, pelo Vigário de Cristo.

Dom Bosco, filho de Margarida, mestra magnífica de pobreza, e discípulo de Cafasso, também êle mestre exemplar de pobreza, foi pobre, poderíamos dizer, por vocação, mas igualmente por uma convicção resultante de uma longa e profunda experiência da história da Igreja antiga e moderna, e antes ainda, por uma aguçada sensibilidade evangélica e sobrenatural.

Pois bem, Dom Bosco, tão pobre, quis que a sua Congregação fôsse pobre e se orientasse para a juventude pobre.

Essa vontade explícita, decidida, absoluta, o acompanha sem nenhuma incerteza, nenhuma concessão, durante a vida.

Podemos dizer que as afirmações a êsse respeito estão documentadas em tódas as páginas das Memórias, as encontramos em centenas e centenas de conferências, boas noites, pregações, colóquios.

Pena que no tempo de nosso Pai não houvesse meios técnicos de reprodução sonora. Poderíamos, nós também, ouvir aquelas palavras e mais ainda sentir a ânsia angustiante do Pai no simples temor de que a sua criatura, a Congregação, pudesse através do tempo estragar a herança paterna.

Fala Dom Bosco

Leiamos novamente ao menos algumas graves e sentidas palavras de Dom Bosco, e imaginemo-las dirigidas a nós pessoalmente: “Amai a pobreza — escreveu na carta-testamento — ... Infelizes de nós se aquêles de quem esperamos a caridade poderão dizer que nossa vida é mais cômoda do que a dêles” (*M. B. XVII*, pág. 271).

“A nossa Congregação tem diante de si um porvir promissor preparado pela Divina Providência e sua glória será duradoura até o dia em que nossas regras forem observadas. Quando entre nós começarem as comodidades e o bem-estar, nossa Sociedade já terminou o seu curso”. (*ib.* pág. 272).

A propósito dos jovens, sempre na carta-testamento deixou escrito: “O mundo nos receberá sempre com prazer até que nossas solitudes forem dirigidas... aos meninos mais pobres, mais em perigo na sociedade. Esta será para nós a verdadeira riqueza que ninguém nos roubará” (*ib.* pág. 272).

Em 1874 conversando familiarmente com seus auxiliares no Oratório, alguém avançou a idéia dizendo que no futuro os salesianos poderiam ter colégios para os nobres: “Isso nunca!” — disse Dom Bosco de imediato — Isso não acontecerá enquanto eu estiver vivo! Dependendo de mim, isso não acontecerá nunca!... Seria a nossa ruína, como foi a ruína de outras beneméritas Ordens Religiosas... Riquezas e entradas em casas de ricos apetece a todos; se nós estivermos sempre apegados aos meninos pobres, estaremos tranqüilos; pelo menos porque parte do mundo terá compaixão de nós, nos tolerará, e parte nos louvará. Ninguém terá inveja de nós...” (*ib.* pág. 647).

É indiscutível, pois que a pobreza da Congregação e a sua vocação para os jovens pobres formam a vontade de Dom Bosco, que se preocupa tôda vez que êle pensa no futuro da Congregação.

Ora, nós temos nas mãos essa herança: todos, de acôrdo com o lugar que a Divina Providência nos confiou na nossa Família, temos a responsabilidade de não trair a vontade paterna, especialmente num momento histórico em que a Igreja tôda quer libertar-se de tôda escória de poderio e de riqueza, e se dirige aos pobres e aos humildes, nos quais vê e reencontra — como seu Divino Fundador — a porção eleita de sua herança.

A Admoestação da Congregação

Os recentes Encontros Continentais sublinharam com palavras até fortes a atualidade e urgência dêsse empenho.

Entre as Conclusões aprovadas na reunião dos Inspectores Salesianos da Ásia em Bangalore (20-26 de fevereiro de 1968) lemos:

“Nosso testemunho coletivo de pobreza encontra finalmente sua expressão mais salesiana na nossa preferência — de fato — para a juventude pobre. Certamente a missão Salesiana é vasta, complexa e variada, mas há um movimento de fundo e esta inspiração carismática em Dom Bosco: uma posição de privilégio para a juventude pobre.

A nossa fidelidade a êste carisma do fundador depende do sentido que damos à pobreza (A. C. G. pág. 96). Viveremos certamente, mais como pobres e seremos sinal mais patente de Cristo pobre se nos diversos países em que trabalhamos todos puderem verificar que o primeiro lugar das nossas obras é destinado à juventude que naqueles países é considerada pobre e abandonada.

A revisão das obras tenha presente êste testemunho vital de fidelidade a Dom Bosco. (A. C. S. n.º 252, pág. 35).

E nas conclusões do Encontro de Caracas lemos:

“... é necessário não só que com uma informação adequada tornemos conhecido o nosso trabalho em favor dos pobres; mas também é preciso que voltemos corajosamente ao trabalho entre a juventude pobre e abandonada, nos lugares em que êsse testemunho se haja obscurecido e a imagem da Congregação se haja deformado. Em nosso mundo sub-desenvolvido, êsse testemunho é urgente, e nos obriga a uma esmerada e contínua revisão de nossos passos”. (A. C. S. n.º 252, pág. 68).

Mas já o XIX Capítulo Geral advertia: “... hoje mais do que nunca, Dom Bosco e a Igreja nos enviam a trabalhar entre os pobres, entre os menos favorecidos, entre o povo... A nossa fidelidade a êste aspecto privilegiado da nossa vocação depende, em parte, do nosso sentido da pobreza; ela de fato, levar-nos-á a preferir as *obras difíceis a favor dos pobres*, às obras mais cômodas a favor das classes desafogadas”. (A. C. G. n.º 95 e 96).

Convido os Inspetores e os Conselhos Inspetoriais, Diretores e Conselhos locais e a todos os irmãos a refletirem bem sôbre as palavras citadas.

Nesses anos, mais de uma vez se fizeram admoestações e convites nesse sentido. Sei que êles foram acolhidos por muitos.

Em diversas Inspetorias, de fato, se nota uma consoladora fermentação para tornar operantes êsses apelos. Centros juvenis surgem aqui e alí: em muitas metrópoles há corajosas iniciativas de atividades sociais, de catequese em zonas extremamente pobres e abandonadas, com a colaboração de leigos.

Mas penso que reforçar os oratórios, os pensionatos, os clubes já existentes sem regatear pessoal e meios, de modo que tenham vida eficiente, antes exuberante, ocupar-se de jovens aprendizes e operários, e tantas outras iniciativas em prol da juventude pobre e necessitada, sejam cousas pos-

síveis também nessas obras que não se podem ocupar exclusivamente de pobres; antes, é um modo de dar a essas obras uma dimensão acentuadamente popular e, portanto, excelentemente salesiana. Estaremos assim certos que escolhemos bem.

Essa realidade foi fixada por De Lubac com estas claras afirmações: “Quando alguém escolheu uma ideologia, não está nunca certo de não ter errado, ao menos em parte. Quando alguém se sujeita a uma ideologia, nunca está certo de ter adotado um bom partido. Mas quando alguém escolhe os pobres, sempre está certo, duplamente certo, de ter feito uma boa escolha. Escolheu como Jesus e escolheu-se a Jesus”. (H. de Lubac, *Novos Paradoxos*).

Compreendo as dificuldades de variada índole, a do pessoal e a econômica. Mas é mesmo o dever de enfrentá-las e superá-las, o dever de fazer sacrifícios, realizar atividades e obras que não têm a garantia de uma vida que se desenvolve sobre trilhos bem determinados, sob tantos aspectos fáceis e cômodos, é tudo isso, que dá à nossa missão um renovado e atual sentido conciliar, eclesial e vivazmente salesiano e aos irmãos, especialmente jovens, a confiança e o entusiasmo de doar-se; êsse doar-se que é o aspecto mais completo de nossa pobreza que não para em dar a Cristo no jovem, no pobre, algo de si, mas se entrega todo a si mesmo.

Nossas obras á luz da pobreza

Passando em revista nossas obras no mundo constata-se que muitas surgem e atuam em zonas muitas vêzes assaz pobres, e se ocupam de meninos e jovens pobres e necessitados. Os irmãos que lá trabalham são admiráveis pelo espírito de sacrifício com que se dedicam a êsse apostolado. Em muitos países somos conhecidos como religiosos que se dedicam a obras sociais em bairros renomados pela sua triste pobreza.

Mas também é verdade que temos muitas obras que se dedicam a outras classes. Como agir? Naturalmente ninguém

pode pensar, por tantos motivos óbvios, destruir sem mais essas obras, nem poderá alguém dizer que os salesianos que nelas trabalham são... menos salesianos do que os outros. Estão cumprindo a obediência e por outro lado procuram ser Sacerdotes, Catequistas, Apóstolos no meio dêsses jovens que muitas vêzes sofrem de uma pobreza espiritual e moral que tanto necessita de ajuda (e que ajuda!) da educação cristã e salesiana. Pobres, de fato, não são sòmente os desprovidos de bens de fortuna, ou de garantias de trabalho, mas também todos aquêles que sofrem a privação de bens essenciais à vida humana e sobrenatural.

Mas o perigo é outro: o perigo é que essas obras, no fundo mais cômodas sob diversos aspectos, e mais fáceis, tenham como que um tratamento preferencial desenvolvendo-se elas excessivamente, e, como consequência, restringindo o nosso apostolado de caráter destacadamente popular. Devemos, pois, perguntar-nos com serenidade: na Inspetoria qual é a proporção entre as obras destinadas à juventude pobre e as outras? Junto destas últimas, que atividades se desenvolvem em benefício da juventude pobre? Quantos irmãos dessas casas se prestam para trabalhar no meio dos pobres? E as obras destinadas à classe popular, como se sustentam? O Oratório ou obras semelhantes e as obras sociais, que tratamento merecem seja quanto ao pessoal, seja quanto ao local, aos auxílios econômicos, etc.?

As respostas a essas perguntas podem ter caráter de um teste para determinar a posição que ocupam os pobres como centro de interêsse da Inspetoria, nas diversas casas.

Êsse exame deve ser feito, porque o perigo de uma certa corrida para obras "cômodas" de bem-estar não é imaginária.

Talvez em certas partes do mundo, devido a determinadas circunstâncias, tiveram desenvolvimento hipertrófico obras para jovens de um nível social de determinado tipo com prejuízo para obras populares que devem caracterizar-nos como Salesianos.

É necessário estudar bem essas situações nestes momentos em que também atendendo à decisão do XIX Capítulo Geral se estão revendo as obras da Congregação. Como quer que seja, devemos defender-nos contra a tendência, que diria natural, de conduzir-nos, em nossa ação apostólica, num plano superior àquele que nos foi perentoriamente confiado por Dom Bosco.

E isso, com a sensibilidade para com os sinais dos tempos, para as adaptações necessárias, e para agir com absoluta fidelidade à idéia substancial de Dom Bosco, mas sem medo de aceitar ou buscar novos contatos que sirvam eficazmente à idéia de sempre.

Não me parece fora de lugar aludir aqui a uma atividade da Congregação que, enquanto atende aos fins constitucionais da Congregação, recebe o reiterado apêlo da Igreja e serve magnificamente para alimentar nas nossas inspetorias e nas comunidades um espírito de generosidade, de disponibilidade, de renúncia estreitamente ligados ao espírito de pobreza.

Falo do apostolado missionário. Essa atividade não se restringe só aos irmãos, que deixam a própria Inspeção para dedicar-se completamente ao serviço das almas em terras de missão. Hoje de modo especial as comunidades devem transformar-se em ativas e dinâmicas retaguardas das Missões.

Aliás, foi êste, entre os outros, o voto que me exprimam os voluntários para a América Latina antes de partirem... Eles, como todos os outros missionários, devem sentir-se representantes da Inspeção, da Comunidade, na missão que lhes foi confiada.

E isso não tanto para receberem de algum modo ajudas, quanto para que a Comunidade de origem, viva a sua divina aventura, se torne consciente e sinta as suas dificuldades, os seus sacrifícios, as suas conquistas apostólicas.

Como é importante, pois, que, no espírito de “Ad Gentes”, nas nossas Inspeções o espírito missionário seja rea-

vivado entre os Irmãos, entre os jovens e isso não através de uma literatura superficial e erronêa com base em flores-tas e animais ferozes, mas dando uma informação séria, sistemática, estudando os graves e complexos problemas que os Missionários devem enfrentar, participando, como verdadeiros irmãos, de sua vida de extrema pobreza, de renúncias cotidianas, de pesadas fadigas.

Uma comunidade que vive semelhante clima missionário, sentirá a necessidade de estar eficazmente ao lado dos irmãos missionários, mas ao mesmo tempo sentirá o dever, antes, a alegria, das renúncias, das economias, do estilo de vida que não sôe insulto à vida sacrificada dos irmãos missionários.

E dêsse ambiente de generosidade não podem senão desabrochar vocações especialmente missionárias, as quais, é bom recordar, não podem florescer num clima de mediocridade e de comodismo.

Nossa resposta

Desenvolvida a primeira parte da nossa exposição, tratando do significado espiritual da pobreza e de sua incidência essencial na vida salesiana, é tempo de chegarmos a alguma aplicação mais prática.

Serve-nos de guia o mesmo Decreto "Perfectae Caritatis", que, embora resumidamente, se refere a alguns pontos que são neste sentido de máxima importância. Convém, no entanto, fazer primeiro uma observação que nos fará compreender o verdadeiro espírito do documento conciliar.

É significativo que em todo o texto do Decreto conciliar não se faz referência a votos, mas se fale sempre de conselhos evangélicos. Tudo isso não é casual.

O problema da vida religiosa radica-se fundamentalmente numa resposta nossa, habitual, e voluntária, por isso mesmo generosa e alegre, ao convite de Jesus: "Si vis".

Ora não se pode conceber uma atitude minimista — ou de algum modo legalista — por parte das pessoas consagradas no trato e no serviço do Senhor, em cujo seguimento se colocou com espírito de ilimitada doação, própria do voluntário.

Compreende-se, então, que não é questão de voto ou de virtude, não é questão de usar toda vez o conta-gôtas quando se trata de dar a Jesus Cristo as provas do nosso seguimento por amor. Colocar-se nesse plano seria colocar-se numa posição de incoerente contradição.

O “*Perfectae Caritatis*” não se demora em fazer subtis e muitas vezes acrobáticas distinções entre voto e virtude, mas fala dos Conselhos Evangélicos, porque tem consciência de estar falando a quem entendeu abraçar estes Conselhos por amor, e o amor não subtiliza para dar o menos possível ao Senhor: o amor é integral.

Pobreza externa e interna

Essa observação ilumina claramente as interessantes diretrizes práticas que encontramos em “*Perfectae Caritatis*”. Eis a primeira:

“Para a prática da pobreza religiosa não basta submeter-se no uso dos bens aos Superiores, faz-se ainda mister que os membros pratiquem uma pobreza externa e interna, possuindo tesouros no céu” (P. C. 13).

Notemos logo as palavras: “pobreza externa e interna”.

Demasiadas vezes se comete o equívoco afirmando que basta ter uma alma de pobre, o desapêgo, a pobreza interna; e depois podemos possuir tudo, podemos servir-nos de tudo, permitir-nos tudo.

Nada mais contrário ao significado e ao valor da autêntica pobreza religiosa.

“De fato, afirma Pronzato, não há nenhuma disposição espiritual que não se deva traduzir num comportamento

efetivo, especialmente quando essa disposição se refere aos bens dêste mundo. E isso depende exatamente da natureza “encarnada” e “social” (*Op. cit.*, pág. 137).

E mais sinteticamente diz Evelyn: “Não há nenhum estado de alma que possa existir sem traduzir-se no gesto de um corpo”.

Aliás, lembremos as palavras evangélicas: “Do fruto se conhece a árvore”.

Dom Bosco, — com seu estilo simples, mas muito claro — repetia a seus filhos: “Não vos esqueçais que somos pobres, e êsse espírito de pobreza o devemos ter não somente no coração e no desapêgo do mesmo das cousas materiais, mas demonstrá-lo também externamente diante do mundo”. (*M. B. V.*, pág. 675). “A nossa pobreza deve ser de fato, não de nome”. (*ib.* IX, pág. 701).

O espírito de pobreza, portanto a pobreza interna, é necessária, mas a sua presença deve ser notada pela pobreza concreta, real, numa palavra, através dos fatos, como diz Dom Bosco, que tecem nossa vida cotidiana.

Nela o próximo, quer irmão, quer estranho, poderá ler sempre nosso testemunho amoroso a Cristo pobre.

G. Huyghe, no volume citado, põe em evidência essa distinção entre a pobreza interna e a externa. Ele escreve: “A pobreza tem faces diversas: tantos quantos são os campos em que o coração ameaça apegar-se àquilo que não é Deus, e onde o amor deve cumprir a sua obra de consumpção. O terreno em que ela se exercita não é somente o dos bens materiais (pobreza de bens), mas também o dos próprios sentimentos (pobreza espiritual). É muito importante não traduzir a pobreza em termos simplesmente materiais, senão se arrisca a reduzi-la a uma questão econômica e nada mais.

Igualmente não se trata de reduzi-la à sua expressão espiritual; senão se arriscaria a tornar-se uma pobreza intencional sem encarnar-se num desapêgo concreto. A pobreza

material não é senão o sinal de uma pobreza mais total, a pobreza espiritual; mas dela é sinal sensível e necessário. Por isso quem verdadeiramente é pobre pode dizer: não tenho nada e não estou apegado a nenhum bem dêste mundo. Mas também deve poder dizer com tôda a precisão: não sou nada. Não sou capaz de nada. Essas três afirmações são as formas complementares da pobreza espiritual". (*Op. cit.*, pág. 334).

Equívoco legalista

No texto de "Perfectae Caritatis" lemos ainda estas palavras: "Não basta estar sujeitos aos superiores no uso dos bens". São Palavras que merecem comentadas.

As condições da vida moderna, as inúmeras possibilidades de confortos e de comodidades, os meios da técnica sempre mais à disposição, parentes e amigos prontos e dispostos a oferecer dinheiro ou objetos, podem facilmente instaurar uma mentalidade destruidora de tôda pobreza e do mesmo espírito das Bem-aventuranças.

Naturalmente, devemos saber distinguir aquilo que tem função de instrumento para a eficácia de nossas obras de apostolado, daquilo que não é nada disso. Mas o equívoco, a ladeira são fáceis: o escorregamento para tôdas as comodidades, as concessões para um teor e um estilo de vida burguêsa são perigos que não têm nada de irreal; talvez em certos lugares já estejam em ato e se procure justificá-los com argumentos que, se bem examinados, não valem.

É necessário vigiar, é necessário ter coragem também de intervir, e tempestivamente, mas é necessário também saber distinguir aquilo que realmente serve e deve servir para o nosso trabalho, daquilo que nada ou pouco tem que ver com o serviço, com o nosso trabalho; aquilo que verdadeiros motivos de estudo, de saúde, de ofício exigem, daquilo que, ao invés, é somente mera e supérflua comodidade, um instrumento para uma vida...

Infelizmente há quem com uma mentalidade legalista busca justificar-se para conseguir cousas em nada necessárias ou convenientes para quem fêz profissão de pobreza e recorre ao expediente da licença.

Disse “expediente”, porque em certos casos se trata sòmente de verdadeiro expediente.

Crê-se de fato alguém tranquilizar a consciência obtendo, e às vêzes arrancando ou até extorquindo, dispensas e comodidades que não são de todo em todo necessárias, que o Superior em consciência não pode dar e que criam na comunidade um “ambiente de malestar” ou de “imitação”.

A ladeira, dizíamos acima, é bastante escorregadia, as assim chamadas “necessidades” e as “exigências” crescem sempre mais, as pressões sôbre o Superior se intensificam, ao mesmo tempo que se descarrega sôbre êle tôda a responsabilidade de julgar, colocando-o, assim, numa posição desagradável. Conceder tudo? Torna-se cúmplice da decadência. Recusar tôdas as vêzes? O Superior que tem a consciência do perigo deveria constantemente frear ou proibir; mas sabemos também que negando mais vêzes, corre-se o risco de irritar os menos fervorosos, e empurrá-los para fora...

Maturidade e discrição

Qual o rémedio nessa deplorável situação?

Fala-se tanto de maturidade, diz-se, e com razão, que o religioso deve ser uma pessoa madura. Essa maturidade se consegue com a reforma do critério que corrija e elimine a mentalidade legalista que muitas vêzes é também infantil, e é a negação da mentalidade sinceramente religiosa.

É um trabalho não fácil que deve partir das casas de formação e deve continuar nos “rendicontos”, nas conferências, nos diálogos.

Essa maturidade leva a julgar antes de mais nada à luz do Espírito, se na realidade existem motivos suficientes para

a tal despesa, para a tal excessão; se é pois conveniente pedir a licença para aquela despesa, para o tal objeto, etc.

O Superior concederá com generosa compreensão, mas se deve sempre supor que os pedidos sejam discretos.

Para se ter o sentido exato dessa “discrição”, cito aqui a primeira redação do trecho de P. C. que nos interessa e que depois foi simplificado no texto atual: mas o espírito do texto ficou.

“Os religiosos, — dizia o texto — afastando todo o desejo de cousas temporais, peçam aos próprios Superiores sòmente aquelas cousas de que têm verdadeira necessidade para si mesmos ou para o seu apostolado. Portanto moderem as despesas e se abtenham, quanto possível, de máquinas não necessárias, de comodidades, de cousas supérfluas” (*Vatican II, Jeanne D’Arc*, O. P., pág. 419, nota).

De quanto até aqui dissemos, devemos deduzir que a pobreza que professamos não é e não pode ser, nem diante de Deus nem diante dos homens, uma questão meramente jurídico-legal, mas é uma questão de coerência e de sã consciência moral e ascética; melhor ainda, motivo inspirador de nossa pobreza, como de tôda a nossa consagração, é o amor que nunca nenhum legalismo poderá substituir.

Não podemos reconhecer-nos pobres quando, como já dizia acima, no que se refere à comida, moradia, móveis, viagens, férias, tenhamos exigências que, não sòmente o pobre, mas tantos que não se julgam absolutamente pobres, nem sequer sonham. Então nossa pobreza, na expressão de Guardini, “é sòmente um pio enfeite de uma vida rica e próspera”, porque se quer conciliar a profissão de pobre com uma vida de comodidade, uma vida à qual na prática não falte nada.

Semelhante maneira de vida não se coaduna com o espírito de pobreza que o Concílio exige dos religiosos da renovação, e não pode oferecer aos homens nenhuma prova válida e convincente para que êles creiam na nossa pobreza.

Incoerência

Falamos do espírito legalista com que nos iludimos poder apaziguar a consciência com o expediente da licença.

É mister aludamos a outra atitude ainda mais grave que aqui e acolá se pode notar: a atitude de quem, embora tenha contraído claras obrigações com o voto de pobreza e vivendo na comunidade religiosa da qual recebe tôdas as vantagens, exime-se depois arbitrariamente dessas obrigações: consegue dinheiro, e abundantemente, de várias maneiras, e dêle dispõe a seu bel-prazer, não quer que lhe falte nada daquilo que torna a vida mais cômoda e confortável e recorre a todos os meios para conseguí-lo.

Desse (hipotético?) religioso, cercado de conforto e de objetos os mais variados, e até caros, basta ver o conjunto de baús que o acompanham quando deve mudar de casa: numa palavra, olhando para o inteiro teor de vida dessa pessoa facilmente percebemos como interpreta, êsse que se diz religioso, a pobreza à qual publicamente se consagrou.

Semelhante atitude, é doloroso afirmá-lo, denota uma consciência, diria eu, anestesiada, que perdeu tôda a sensibilidade religiosa, que vive uma vida em crônico e evidente contraste com a profissão que êle faz de religioso consagrado.

Uma vida assim incoerente e contraditória, mesmo humanamente falando, não é digna, é humilhante para um homem honrado. Seria preferível tirar lealmente as consequências de uma vida vivida assim: ela não se justifica absolutamente, e se transforma numa ofensa contínua aos irmãos, a tôda a comunidade, que tem direito de exigir que todos os seus membros respeitem a razoável igualdade que está na base da vida religiosa e comunitária.

Não parecem demasiado severas essas palavras: sinto que correspondem ao sentimento comum da quase totalidade dos Salesianos que querem viver — hoje ainda mais do que ontem — aquela pobreza que é fonte de alegria, de

confiança, de vigor espiritual e apostólico, e de tanta caridade tranquilizadora.

Tudo isso, porém, ao mesmo tempo que lembra aos Superiores o dever que têm de impedir com coragem paterna que se formem e se perpetuem semelhantes situações, de outro lado lembra a todos que tantos abusos e desordens se poderão evitar se os Superiores responsáveis souberem prover às necessidades e às exigências dos irmãos com amável compreensão e com razoável largueza, também tendo em vista a idade, a saúde, o ofício, o serviço a que estão destinados.

Disse: “Com razoável largueza”. As duas palavras se completam, e nunca devem estar separadas. É necessário que haja este sentido de largueza como nos ensinou o nosso Pai. Às vezes se notam reações fortes — e com razão — contra quem age com tamanha avareza diante de verdadeiras necessidades dos irmãos, ao passo que se esbanjam somas ingentes em gastos até mesmo errados, arbitrários ou em nada necessários.

Devemos dizer que muitas vezes certas desordens resultam do fato que quem tem obrigação não providencia adequadamente, em tempo oportuno, e com a maneira e delicadeza que torna menos pesado ao irmão o ter que pedir, o ter que depender dos outros.

Mas é também verdade que a largueza deve ser razoável, isto é, de acordo com a nossa condição de religiosos e Salesianos. O problema, no fundo, é sempre um só: o senso da discricção e do equilíbrio do irmão e do Superior, com que conseguimos dar em todo momento e em toda conjuntura e em qualquer parte do mundo aquêle testemunho de pobreza que faz parte essencial da nossa vocação e que é uma premissa insubstituível para o nosso apostolado.

Mas não seria completo se não acrescentasse, com justa sinceridade, que não basta absolutamente que o Superior vele, consinta ou chame a atenção de acordo com os casos. Papel primário e essencial do Superior é antes de mais nada

o de dar testemunho de pobreza com a sua vida cotidiana, no exercício do seu ofício. Estaria paralisado, antes seria contraproducente o governo de um Superior que não fôsse de exemplo à sua comunidade na prática da pobreza, dispondo do dinheiro como se fôsse de sua propriedade pessoal, fazendo despesas que todos criticam, construções e trabalhos sem estudos prévios por parte de técnicos ou sem licença, concedendo-se comodidades e confortos não de acordo com a nossa condição. Penso, ao contrário, na força do Superior que diante da comunidade parece pobre entre irmãos pobres, administrador sábio e fiel. “Homens há, escreveu Bergson, que não necessitam falar, basta que existam: sua presença já é um apêlo”.

O Diretor que dispõe arbitrariamente dos bens da Casa, além de uma grave ofensa à pobreza, a sua ação acarreta outras graves consequências. Permitindo-se dispensas ou interpretações subjetivas indevidas da regra, gera aquêle “subjetivismo” ou relativismo da norma jurídica, que certamente é um dos elementos, não último, nas crises da obediência e da vida religiosa. Já Santo Ambrósio afirmava: “O Chefe tenha bem presente que não está dispensado das leis. E saiba que quando as transgredir autoriza a pensar que tenha dispensado a todos com a autoridade de seu exemplo”.

A saúde dos irmãos

Retomando o tema da discrição e do equilíbrio no uso dos bens temporais, desejo fazer outras aplicações a alguns casos inerentes à vida salesiana.

Entre os bens que pusemos a serviço da Igreja e da Congregação, um entre os mais preciosos é certamente o da nossa saúde.

Sem ela, de fato, grandíssima parte da missão à qual nos devotamos estaria bloqueada. Não por nada se diz que, depois da graça de Deus, a saúde é o dom mais precioso. Por isso o nosso Pai, que pessoalmente era severo consigo mes-

mo, não buscava trégua no trabalho e na atividade, era cheio de delicadíssimas atenções pela saúde de seus filhos.

Neste instante o meu pensamento, reconhecido e admirado, se volta para tantos magníficos irmãos, que, nas pegadas do Pai, gastaram e vão gastando com serena generosidade a sua vida em atividades apostólicas, as mais variadas e não raro duras, humildes, mas preciosas.

A saúde, pois, deve merecer o nosso cuidado com um trabalho ordenado e sereno, com um regime de vida higiênico que vai do justo descanso à alimentação sadia, numa palavra, com aquelas atenções que servem a tornar o nosso serviço eficiente e duradouro ao máximo.

Ter cuidado com a própria saúde, porém, não quer dizer fazer dela uma espécie de obsessão, de ideal: o que pode tornar-se uma verdadeira doença.

Lembro as palavras de um professor de universidade a um estudante que se atrasava nos exames alegando algum incômodo de saúde. “Saiba, dizia o velho professor, que aqui todos temos alguns achaques, mas trabalhamos do mesmo modo e não paramos: é necessário ir para a frente no trabalho convivendo com os achaques”. Também nisso, como em tantas outras situações, é questão de justa medida e de discrição.

Os Superiores a êsse respeito podem — e devem — fazer tanta cousa. Em certo sentido, a saúde dos irmãos está em suas mãos.

Saber adivinhar e prevenir, muitas vezes significa salvar a saúde, até a vida, de um irmão; providenciar, pois, com sentimento de afetuosa paternidade e compreensão, cercando o irmão enfermo daquelas atenções de que Dom Bosco nos deu admirável exemplo — evitando sempre as negligências e mesquinhasarias que, especialmente em certos casos, podem provocar até mesmo traumas — tudo isso deve fazer parte do exercício da autêntica paternidade salesiana que é a primeira, e eu diria, a mais eficaz cura para todos os males, para todos os sofrimentos dos nossos irmãos.

Os bens da Congregação

A nossa Congregação, para atender à sua missão na Igreja, possui também bens materiais, móveis e imóveis, administra dinheiro.

É necessário dizer uma palavra, à luz de “*Perfectae Caritatis*”, também sôbre isso.

Uma afirmação preliminar mas fundamental é esta: todos os bens materiais da Congregação, como quer que se denominem, se podem, pela sua finalidade, chamar e considerar, sagrados, e por isso não pertencem a ninguém em particular, mas à comunidade religiosa que deve prestar contas à Igreja através dos Superiores.

Esses bens, pois, estão a serviço — e só a serviço — direto ou indireto — da nossa Missão na Igreja. Devemos, de imediato, distinguir nesses bens aquilo que serve à nossa vida, por exemplo, a habitação e relativos móveis; e aquilo que serve às obras (escolas, oratório, instituto, colégio).

É bom dizer, desde já, que, especialmente depois das diretrizes conciliares, as residências em geral e os ambientes destinados aos Salesianos devem ser bem distintos do resto. São evidentes os motivos dessa distinção e separação. Em todo caso, aos ambientes destinados para nós, devemos dar aquêlê estilo de simplicidade e diria de austeridade não desassociada de decôro e funcionalidade, que não pode e não deve absolutamente dar a sensação de luxo, tendo bem presente que o P. C. quer que se evite não sômente o luxo, mas a aparência de luxo (P. C. 13).

As nossas casas, especialmente na parte reservada aos salesianos, que dessem essa impressão, seriam contra-sinal de pobreza com muitas consequências negativas.

Essa norma deve vigorar em tôda a parte, nos países de bem-estar como nos países do terceiro mundo; naturalmente tendo também em vista a sensibilidade peculiar e a situação sociológica e econômica do ambiente em que se vive.

Certas construções grandiosas, diria majestosas, onde tudo fala de pobreza, onde as moradias não passam de choupanas...

E para as obras pròpriamente ditas? Naturalmente há exigências particulares, inerentes às mesmas obras, há disposições das autoridades as quais devem ser respeitadas: tais obras devem estar de acôrdo com a sua função, antes devem sobressair pela sua boa apresentação, pela ordem, limpeza, manutenção, funcionalidade, etc.

Direi ainda que certamente não são dignas de louvor obras mesmo grandiosas, que demonstram descuido e desleixo.

Mas tudo isso não comporta necessàriamente a indiscriminada grandiosidade, o supérfluo e, pior ainda, o luxo.

E isso se deve absolutamente evitar. As mesmas autoridades apreciam a disposição que dá aos alunos, aos internos, tudo quanto é necessário a uma educação e instrução modernas sem exceder em despesas que sabem a supérfluo e fazem pensar em uma disponibilidade de meios financeiros que dão impressão que somos ricos e fáceis em esbanjar dinheiro.

É oportuno, para corroborar essas minhas palavras, o pensamento do Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, o Cardeal Antoniutti: “Evite-se tudo o que suscita no público um juízo falso sôbre as riquezas da Igreja e se mantenham as obras na simplicidade de estilo, na sobriedade de linhas e austeridade de abastecimentos que condizem com pessoas que fizeram voto de pobreza. Alguns membros de uma comunidade religiosa me exprimiram, há pouco tempo, a sua tristeza experimentada ao ver certos ambientes de sua sede geral guarnecidos de tapetes, de móveis de estimação e quadros artísticos, igual a uma luxuosa residência burguesa... ||(I. Antoniutti, *La vita religiosa nel Concílio*, pág. 40).

Desejo dizer ainda uma palavra com relação às igrejas e sua decoração. Sabe-se que muitas vêzes, aqui e acolá, se

constroem junto de certos ambientes muito pobres, igrejas grandiosas, gastando nelas somas enormes em mármore, mosaicos, estátuas preciosas, órgãos complicados. Sem dúvida é uma bênção para a população circunstante que se levante uma igreja bonita, funcional, devota.

Mas aqui o problema é outro. Construir, por exemplo, uma igreja imensa para uma população que não existirá nunca, certamente não é esse o modo de aplicar bem o fruto da caridade do povo. Gastar milhões em obras de embelezamento, num lugar de extrema pobreza, quando poderiam ser útilmente empregados, por exemplo, na construção de um oratório masculino e feminino, ao lado, e uma obra social para os pobres que vivem ao redor da igreja, certamente não é do espírito autenticamente conciliar e, em última análise, não é um modo inteligente de procurar com a glória de Deus o bem das almas. Tantos erros, graves até, se podem evitar com o bom senso e a humildade de aconselhar-se, de estudar antes de tomar certas iniciativas.

A lei comum do trabalho

Mas passemos a outro ponto que nos fala muito de perto.

No breve texto conciliar sobre a pobreza, lemos estas palavras: “Na função que exerce sintá-se cada qual sujeito à lei comum do trabalho, e... assim se adquirem as cousas necessárias à subsistência e às obras” (P.C. 13).

Não se necessita de muito esforço para encontrar nessa advertência um tema particularmente caro a Dom Bosco, e tão perto do nosso espírito.

O Concílio, pois, quer que nós religiosos, como verdadeiros pobres, obedeçamos à lei do trabalho: “Comerás o pão com o suor de tua fronte” (Gen. 3,19), para que vivam a comunidade e as próprias obras. Precisamos dar ao mundo de hoje, tão sensível a esse valor, tal testemunho.

Esta afirmação conciliar implica enfoques fundamentais de toda a nossa vida religiosa, enfoques que são mais claramente explicitados no texto através de várias clarificações.

O trabalho, pois, manual ou intelectual, testemunha a nossa pobreza. O Mundo e a Igreja nos reconhecem pobres, verdadeiros pobres, porque nos vêm trabalhando. No século XVIII, o mais esplêndido testemunho de pobreza era a mendicância. No século XX não se compreende mais o valor espiritual de quem se sujeita a viver de esmolas.

O testemunho aceito é o do trabalho sério e tecnicamente válido, quer seja trabalho manual, quer intelectual.

De fato, é o rico que vive de rendas ou do trabalho alheio; é rico aquele que não necessita empenhar-se pessoalmente no trabalho para viver, antes, aquele que, com os meios de que dispõe, tem sempre uma margem de garantia que lhe permite uma vida confortável e sem preocupações.

O pobre, ao contrário, não é aquele que se cobre de farrapos ou come a sua sopa numa tigela de madeira, à soleira de uma casa que não é a sua: é pobre aquele que deve ganhar o seu pão de cada dia com o suor de sua fronte.

O trabalho, gloriosa divisa do Salesiano

Tudo isso para nós salesianos é motivo de conforto e de satisfação.

O trabalho, de fato, é uma grande, inconfundível herança de nosso Pai. Ele, aliás, deu-nos disso o exemplo durante toda a sua vida.

Lembremos as palavras de Pio XI, que constituem uma síntese desse aspecto da figura de Dom Bosco: “Dom Bosco, admirável trabalhador, maravilhoso organizador e educador para o trabalho”; “uma vida, a de Dom Bosco, que foi um autêntico e grande martírio; uma vida de trabalho colossal que dava a impressão de uma opressão...” (*M.B.*, XX, pág. 250); “vida tão operosa, tão recolhida, tão operante e orante

que realizava o grande princípio da vida cristã: qui laborat, orat” (*ib.* XIX, pág. 83).

E os ensinamentos do Pai apareciam como corolários do seu exemplo admirável. Nunca se cansou de recomendar a seus filhos o trabalho como divisa e distintivo da Família Salesiana. Também nos sonhos de nosso Pai quantas vezes ocorre nas formas as mais variadas este *leit motif*: “trabalhai, trabalhai... o ócio é um dos perigos da Congregação; o trabalho e a temperança a farão sempre florescer”.

E ainda no leito de morte a Dom Cagliero: “Recomendo que diga a todos os Salesianos que trabalhem com zêlo e ardor: trabalho, trabalho!” (*M. B.* XVIII, pág. 477).

A palavra conciliar, pois, vem trazer renovado valor à linha deixada pelo nosso Pai.

Trabalhem, pois, sèriamente, com generosidade, mas sempre na obediência e em fraterna solidariedade.

Às vezes, porém, devemos dizê-lo, ao lado de quem se entrega sem limites, pode-se encontrar quem reduz a muito pouca cousa o seu trabalho, embora objetivamente tenha muita possibilidade.

Tal procedimento não é certamente de pessoa pobre que deve ganhar o necessário para viver com o seu trabalho cotidiano, não é o procedimento de um irmão que se sente na obrigação de dar a sua contribuição de trabalho ao trabalho comum dos irmãos. Esses casos fazem lembrar as palavras de Pio XI, citando Dom Bosco: “Quem não sabe trabalhar não é salesiano” (*ib.* XIX, 157).

Outras vezes, porém, há quem trabalhe muito, mas em atividades procuradas por própria conta, talvez contra a vontade dos Superiores e as necessidades da comunidade e do apostolado de que ela é responsável.

Não é êsse o trabalho que a cada um de nós pede o Concílio e Dom Bosco. O nosso trabalho, para que seja realmente fecundo para nós e para as almas, seja inserido através da obediência no trabalho da comunidade, seja uma constante e viva expressão do nosso serviço à Congregação e do

nosso amor aos irmãos; por isso, seja qual fôr o trabalho que nos ocupa, tenha sempre a chancela da obediência.

Valorizar os talentos

Devemos, porém, dizer que a lei do trabalho, de que devemos viver, importa também uma melhor utilização dos talentos que Deus nos deu e a mesma utilização do tempo: talentos e tempo, de fato, devem estar para nós em função da missão à qual nos consagramos.

Usá-los menos bem, desperdiçá-los, subtrair, por exemplo, o tempo ao estudo ou ao trabalho, ou mesmo ao necessário descanso para entregá-lo a futilidades ou — pior ainda — a cousas do mundo, passar horas diante do “video”, pior se para programas nada úteis ou convenientes, é defraudar as almas, a comunidade.

E precisamente porque os talentos estão a serviço de nosso apostolado, é por demais necessário que sejam bem utilizados pelos Superiores responsáveis, quer no período de preparação e formação, quer no de seu uso.

De fato muitas vêzes acontece que depois de longos anos de estudo, depois de tantos gastos e sacrifícios para se chegar a uma especialização, ou a uma preparação específica, o irmão seja destinado a atividades que não exigem absolutamente aquela trabalhosa e custosa preparação.

Mas ainda com relação ao emprêgo do tempo, talvez seja necessário dirigir a atenção para várias cousas a respeito da atividade dos dias festivos, ou como quer que seja dos períodos de férias escolares.

O fato de que haja férias escolares, não pode isso sem mais levar os Salesianos a tomarem para si aquilo que a nossa condição de religiosos nos não pode consentir. Os dias festivos e de férias não bem aproveitados, a quantos perigos não expõem especialmente as vocações jovens! E vice-versa, que belíssimas iniciativas de apostolado se podem realizar exatamente pela possibilidade que as férias oferecem!

Pobreza coletiva.

Há alguma cousa ainda de substancial na observação conciliar sôbre a lei do trabalho, que nos toca de perto.

O trabalho, diz o P.C., deve servir para sustentar, por quanto possível, a comunidade e as suas obras. Digamos, de antemão, que isso não quer dizer que cada irmão ganhe diretamente o seu sustento (seria a negação da vida comum) ou que todos se dediquem necessariamente a um trabalho remunerativo ou financeiramente rendoso. Quem exerce determinados ministérios ou determinados ofícios, ou quem se encontra em determinadas condições por motivos de estudos, de saúde, de idade, etc., certamente não pode realizar um trabalho economicamente rendoso. Mas ninguém nunca pensará que isso não seja um trabalho que renda, e tenha valor — e muitas vêzes grande valor — para a comunidade religiosa e para a missão apostólica e espiritual.

Uma comunidade não é uma oficina, uma administração comercial, e a sua atividade não pode e não deve ser avaliada por critérios puramente econômicos.

Todavia, isso pôsto, devemos também acrescentar que, exatamente de acôrdo com a lei do trabalho-testemunho de pobreza, o Concílio não nos recomenda, mas quer e exige que os religiosos evitem “tôda manifestação de luxo, de lucro imoderado e de acúmulo de bens” (P.C. 13).

Como se vê, da pobreza individual se passa à pobreza coletiva que não é menos importante do que a primeira.

Precedentemente, no P.C. se lê: “...os religiosos afastem tôda preocupação indevida e confiem na Providência do Pai Celeste”. (*ib.*).

E ainda mais claramente: “Os próprios Institutos façam o possível, segundo as condições de cada lugar, por darem um testemunho como que coletivo de pobreza...” (*ib.*).

O Concílio, com estas normas, nos coloca diante de perspectivas novas.

No passado, e a história no-lo diz, as abadias e as ordens religiosas foram grandes possuidores. Embora reconheçamos as situações sociais em que essas cousas aconteceram, devemos também reconhecer que não sempre isso foi um bem para a fé e para o proveito das almas.

Agora o Concílio, embora não tenha retirado dos Institutos o direito de adquirir e de possuir, enquadra êsse direito dentro de um espírito evangélico e tende a salvá-los do enriquecimento coletivo, com todos os perigos derivantes.

A Igreja, baseando-se numa longa e triste experiência, prescreve aos Institutos Religiosos que não deixem avolumar a riqueza que para êles se torna sempre um pêso mortal: e a tentação é forte e subtil.

Também nesse ponto devemos agradecer vivamente a Dom Bosco que com reconhecida clarividência foi explícito e decisivo.

Ouçamos alguma sua palavra orientadora, entre as muitas. “Evitai as construções ou a aquisição de imóveis que não sejam estritamente necessários para o nosso uso. Jamais cousas para revender; não campos ou terrenos ou moradias com finalidade de lucros pecuniários”. (*M.B.* XVII, pág. 526-527); “Não conserveis dinheiro nem sequer sob o especioso pretexto de beneficiar a Sociedade” (*ib.* XVIII, pág. 1.098).

“O que tem mesmo sòmente sombra de comércio, foi sempre fatal às Ordens Religiosas” (*ib.* XVIII, pág. 269).

Mais solenemente na carta-testamento escrita em 1884, Dom Bosco exprimiu sua exata vontade: “Tenha-se como princípio que nunca deve ser mudado: não se conserve nenhuma propriedade de bens imóveis com exceção das casas e das adjacências que são necessárias para a saúde dos irmãos ou para a salubridade dos alunos. A conservação de imóveis rendosos; é uma injúria que se faz à Providência que de modo maravilhoso e dir-se-ia prodigioso nos vem constantemente em auxílio” (*ib.* XVII, pág. 257-258).

Nos regulamentos encontramos condensada em poucas linhas esta norma fundamental que traçou para a Congregação: “Regra geral, não se conserve na Sociedade a posse de bens imóveis além das Casas de residência e suas dependências, e os terrenos para as escolas agrícolas” (Art. 27).

Cabe, nesta ocasião, recordar para todos êsse ponto, também porque aqui e acolá se nota uma tendência a afastar-se dêle, tomados pela preocupação em dar uma segurança econômica a determinadas obras.

É justo que eu diga aqui, claramente, que a Congregação, olhando seus verdadeiros e superiores interesses, não pode e não deve afastar-se das sábias e preciosas normas deixadas pelo nosso Pai, reconhecidas válidas em cheio pela experiência e hoje assumidas pelo próprio Concílio.

A Pobreza não se deve transformar em preocupação e atividade econômica: nossa vida assim enquadrada demonstraria “prudência natural que faz surgir a preocupação dos bens terrenos: a Pobreza é, ao contrário, disposição da alma que se desprende dêsses bens” (Regamey).

Isso não quer dizer que devemos proceder com levianidade na administração, muito pelo contrário; seria defraudar os pobres a quem nós devemos servir; mas simplesmente não deve haver demasiada prudência e frios cálculos humanos na prática da pobreza. É com êste evangélico abandono em Deus (exatamente o de Dom Bosco!), que exclui além dos mais um procedimento fiscal, certas atitudes odiosas com relação a anuidades e de facilitações para quem necessita, ou mesquinheza deixando de gastar o que é necessário para obras puramente apostólicas como o oratório, que merecemos de um lado o auxílio da Providência e ao mesmo tempo evitamos um contra sinal, especialmente hoje muito notado no seio da própria Igreja.

Solidariedade com os pobres

Mas a pobreza coletiva para a qual o Concílio nos convida tem outros aspectos não menos interessantes.

Lemos no P.C. (13): “Os próprios Institutos façam o possível, segundo as condições de cada lugar, por darem um testemunho como que coletivo de pobreza, e contribuam de boa vontade com algo de seus próprios bens para as demais necessidades da Igreja e o sustento dos pobres, a quem os religiosos todos hão de amar nas entranhas de Cristo (Cf. *Mt.* 19,21; 25,34-36; *Tiago* 2,15-16; *Jo.* 3,17). As províncias e as casas dos Institutos devem pôr em comum umas com as outras os bens temporais, de forma que aquelas que mais possuem ajudem as que padecem necessidade”.

Como se vê, o Concílio nos convida à caridade, que é a alma da pobreza, (e que não é esmola!), e nos convida a sair das paredes fechadas de nosso egoísmo.

Esse convite em prol dos irmãos necessitados não se refere aos que possuem quem sabe que riquezas; diz respeito à comunidade religiosa que é pobre, mas que se supõe conserve vivo o sentido de caridade cristã. E devemos trazê-lo à prática.

Não é o caso de descer a pormenores: cada comunidade saberá encontrar os caminhos mais aptos para responder a esse exato e precioso mandato conciliar.

Disse precioso porque a comunidade que se abre às necessidades dos irmãos, da maior comunidade eclesial, receberá uma verdadeira riqueza: são os frutos que sempre recolhe aquêle que, movido pela caridade de Cristo, vai ao encontro, mesmo com sacrifício, do irmão necessitado.

É-me agradável uma evocação que não é sòmente literária.

No romance cristão “Os Noivos” há, entre outros muitos, um quadro que apresenta ao vivo a pobreza de um verdadeiro cristão que se transforma em caridade florida. O alfaiate da vila, um homem bom, “a melhor massa do mundo”, que leva adiante sua família com seu mui modesto trabalho, é feliz por hospedar, em sua casucha, a Luzia, depois de libertada e cercá-la de mil cuidados. É a festa da vila, há visita do Cardeal Frederico Borromeu. A pequena família está sen-

tada à mesa, modesta mas perfumada de alegria serena, com Luzia. Mas eis que o alfaiate se surpreende com um pensamento, “parou um momento; depois juntou num prato um pouco de iguarias que estavam na mesa, e acrescentando um pão, colocou o prato num guardanapo, e segurando êste pelas quatro pontas disse à sua filhinha mais crescida: “toma aqui”. Colocou-lhe na outra mão uma garrafinha de vinho e ajuntou: Vai à casa da Maria, a viúva; deixa-lhe estas coisas e diz-lhe que passe um pouco alegre com seus filhinhos. Mas com boas maneiras, ouviu?; que não pareça que lhe estás dando uma esmola. E se encontras a alguém não digas nada. E cuidado para não quebrar” (Manzoni, *Os noivos*, c. XXIV).

Não vos parece que cada palavra, cada gesto, cada matiz neste admirável episódio seja uma lição de como a pobreza de uma alma verdadeiramente cristã se traduz não em esmola mas em caridade florida?

Solidariedade entre as casas.

O convite que o decreto faz à solidariedade entre as “casas que mais possuem e aquelas que padecem necessidade” nos faz pensar muito. Eis, por exemplo, a reação de um comentador: “Como! Foi necessário que um Concílio tenha vindo para fazer-nos pensar nisso...”

Entretanto se trata de um gesto de equitativa distribuição tão frequente, tão espontâneo no meio das famílias cristãs — e não somente no meio das famílias, e não somente no meio dos cristãos — mas simplesmente por solidariedade, num movimento fraterno, entre amigos, entre vizinhos, sobretudo no meio dos mais pobres: ajudar simplesmente os desprovidos, aliviar com alguma ajuda os amigos que se encontram em dificuldades...

E entre os que fazem profissão de tender sem trégua à plenitude do amor, que devem apresentar ao mundo a imagem mesma de uma comunidade de irmãos, em que regras

jurídicas puderam êles ser aprisionados; que leis de contabilidade puderam peá-los, para que às vêzes êsse intercâmbio tão simples não lhes venha à mente, ou talvez lhes seja até impossível, não se sabe por que falso pretexto? Não leram êles a advertência de São João (Citada aliás pelo Concílio): “Se alguém tendo os bens dêste mundo e vendo seu irmão na necessidade, fecha-lhe o seu coração, como a caridade de Deus pode estar nêle?” O que se pode lamentar sòmente é que esta prescrição figure aqui como um acréscimo: como de fato é” (Vatican II, *Jeanne D’Arc*, O.P. 438).

Infelizmente aquilo que o comendador deplora é uma realidade que devemos reconhecer presente também entre nós.

Convite para uma solidariedade concreta.

Deixando de lado alguns louváveis exemplos, há uma larga insensibilidade para uma solidariedade no seio de nossas comunidades. As causas são múltiplas e também explicáveis até agora.

Só um exemplo não raríssimo. Na mesma Inspetoria, uma casa economicamente privilegiada constrói, embeleza, gasta... e a outra, embora apostolicamente válida, desfalece e definha...

Mas é tempo de acordar e concretizar essa precisa e preciosa advertência do Concílio.

Devemos tornar operante o princípio da solidariedade: por isso antes de citá-lo para dêle tirarmos alguma vantagem, devemos preocupar-nos por fazermos algo em benefício de nossos irmãos mais necessitados. Falemos bem claro: assim como é necessário derrubar o muro de certo individualismo e egoísmo que leva o salesiano a viver no círculo fechado de seus pequenos interesses, sem inserir-se na vida da comunidade, assim igualmente devemos alargar a colaboração solidária entre as casas no âmbito Inspetorial, entre as mesmas Inspetorias e entre estas e a Direção Geral.

Relanceando os olhares ao redor de nós, perceberemos que no mundo, na Igreja, hoje, há um positivo movimento para encaminhar e desenvolver de fato êsse sentido de solidariedade entre os mais abastados e os que o são menos. E nós, na Congregação, podemos manter-nos no isolamento egoístico que evidentemente acaba por ser nocivo a nós todos?

Essa atitude concreta de caridade será de vantagem não sòmente a quem deu: a experiência no-lo confirma. Aliás — e quem não sabe disso? — o exercício da caridade operosa é fruto de grande riqueza espiritual para os indivíduos e para as comunidades.

Devo dizer com grande alegria que já no Encontro dos Inspetores da América Latina notara-se viva e urgente a atuação dessa perentória ordem do Concílio e surgiram conclusões validíssimas.

Ei-las:

a) Os Inspetores se esforcem em eliminar as diferenças estridentes entre as casas de uma mesma Inspetoria.

b) O Inspetor exija que as casas com maiores recursos econômicos sustentem alguma obra social...

c) Estude-se com sinceridade a caridade, no âmbito da Conferência Inspetorial, a possibilidade de colaborar com dinheiro, pessoal especializado ou bôlsas, para ajudar as Inspetorias mais pobres do grupo ou outras mais necessitadas do Continente. Seguindo o exemplo da Igreja primitiva, ajude cada Inspetoria, embora em suas estreitezas e pobreza, ao Reitor-Maior e à Direção Geral dos Salesianos na solução de seus problemas econômicos (A.C.S. n.º 252, pág. 69).

Tal sensibilidade é consoladora, mas, repito, devemos torná-la operante e será uma grande bênção para tóda a família; como vêdes, de fato, não se trata só de uma solidariedade expressa puramente em têrmos econômicos, mas algo de substancial, nobre, realmente edificante e enriquecedor.

A expedição dos Voluntários para a América Latina, por exemplo, não é um modo eficaz sob todos os aspectos dessa desejada solidariedade?

Por isso, tenho o prazer de comunicar-vos (Veja em outra parte dêstes Atos) que o Conselho Superior estudou em suas grandes linhas um plano para atuar êsses princípios de solidariedade na Congregação.

Os Superiores Regionais estudarão com os Inspetores nas Conferências Inspetoriais a maneira dessa atuação nos diversos níveis.

Tenho plena confiança que Inspetorias, Casas, Irmãos darão o seu valioso e desejado contributo de idéias, de iniciativas, de colaboração e atenderão não só de boa vontade, mas com entusiasmo a êsse convite que muitos esperavam com vivo desejo e que servirá para criar uma osmose permanente de viva caridade na Congregação.

A propósito do dinheiro

A esta altura, sempre dentro do tema Pobreza coletiva, penso seja oportuno, à luz do P.C., das Constituições e de nossa válida tradição, lembrar algumas idéias essenciais a propósito do dinheiro e do seu uso.

Também o dinheiro, como qualquer outro bem que a Providência nos manda, deve ser um instrumento a serviço da nossa Missão.

Sei muito bem que é fácil aceitar o princípio, mas é menos fácil levá-lo à prática; não é imaginário o perigo, devido a tantas causas, que o dinheiro, embora em diferentes medidas, se torne de fato um interesse primário. As deploráveis consequências de semelhante atitude estão à vista de todos. A mesma justiça é sacrificada com escândalo dos leigos.

Por isso é grande responsabilidade nossa e especialmente daqueles que na Congregação — em todos os níveis —

ocupam cargos administrativos ou — de algum modo — manejam o dinheiro.

O Cardeal Antoniutti, Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos e dos Institutos Seculares, que em função de seu officio conhece bem a vida religiosa, falando de administração da Comunidade seja confiada a pessoas competentes, as quais... saibam evitar tanto as arriscadas aventuras de especulações proibidas, quanto o deplorável desleixo dos métodos requeridos para fazer frutificar o que se possui em benefício comum.

Depois passa a elencar os requisitos, as qualidades necessárias às pessoas que administram nos Institutos Religiosos.

“As pessoas encarregadas da administração dos Institutos Religiosos devem ser prudentes, ordenadas, leais, conscienciosas, diligentes nos “rendicontos” periódicos, ou balancetes, que não façam uso do dinheiro a não ser de acôrdo com as diretrizes dos próprios superiores e para a execução não de obras arbitrárias, mas de obras que atendem às finalidades dos mesmos Institutos”.

Cada adjetivo, cada frase denota preocupações provenientes de não poucas e dolorosas experiências, das quais nem a nossa família conseguiu livrar-se.

Por isso me parece muito útil repetir ainda a palavra do Cardeal Antoniutti: Servir-nos-á para um bom exame de consciência.

“Infelizmente devemos reconhecer que certas administrações de Institutos Religiosos são confiadas a pessoas que carecem do preparo específico para fazer a escrita contábil, para a elaboração dos balanços de receita e despesas, do patrimônio e da conta econômico-financeira. Nem sempre os documentos estão devidamente conservados; é descuidada a execução dos legados; às vezes não se observam cuidadosamente as disposições testamentárias e os legados pios, e nem se cuida da boa colocação do dinheiro proveniente dos dotes e da beneficência. Essas faltas às vezes se tornam mais

graves pela ignorância das leis canônicas e civis que comprometem a administração ordinária e extraordinária. Faz-se mister o auxílio de algum técnico competente e consciencioso; mas sobretudo é necessária a formação de algum elemento do Instituto que possa conseguir os diplomas exigidos e garantir a competência e os títulos para uma administração séria.

A pobreza religiosa não exclui a propriedade; mas exclui a negociata, a excessiva preocupação pelos bens materiais, a megalomania das emprêsas, sem falar da ingenuidade da administração.

A má administração de alguns Institutos Religiosos constitui um dos escândalos mais graves, porque cria no público um juízo severo acêrca da avaliação dos valores morais.

Quem quer que entre em contacto com religiosos, mesmo por motivo de negócios materiais, deve perceber o espírito sobrenatural que os anima e que exclui todo ato contrastante com a vida de perfeição professada” (*Op. cit.* págs. 39-40).

Administração ordenada e responsável

Gostaria de acrescentar a essa abalizada intervenção ainda alguma concreta observação minha.

O registro claro, exato, atualizado, os “rendicontos” administrativos sinceros e completos, apresentados a tempo aos Superiores, não são uma praxe burocrática supérflua ou formal, mas, antes de um elementar dever profissional, são instrumentos e subsídios necessários e indispensáveis para uma sadia e séria administração: sômente quem não sabe o que seja administrar e administrar bens alheios é que pode subestimar êsses instrumentos.

Também as revisões e verificações que se fazem por ocasião das visitas, em nada devem ser consideradas como atos de desconfiança, mas se bem vistas, servem para ajudar e

confortar a quem administra, especialmente quando, como em muitos casos, se exerce a função sem ter dela muito conhecimento específico e experiência.

Há ainda outros pontos sôbre os quais desejo chamar a atenção: falo das despesas extraordinárias, de construções, de aquisições e venda de imóveis, de obras novas, etc.

As nossas Constituições e Regulamentos, baseados no Direito Canônico, isto é, na prudência, na justiça e na experiência, contêm a êsse respeito, normas bem claras ainda recentemente recordadas. A observância de tais normas, entre outras coisas, elimina tristíssimas surpresas, verdadeiras desordens, abusos, graves inconvenientes, que geram nos irmãos perturbação e desconfiança, ao notarem que às vêzes se age com desprezo prático dessas normas que regulam a vida ordinária da Congregação.

Por isso, enquanto chamo atenção de todos para que se atenham às normas nos vários casos previstos para as respectivas competências dos Conselhos das Casas, dos Conselhos Inspetoriais, lembro que o seu parecer não é e não deve ser puramente formal: êles, (os Conselhos) devem ser em tempo e claramente informados e interessados nos problemas, e o seu parecer manifestado com objetividade não pode ser ignorado e subestimado e deve constar em ata.

Não se pode admitir, pois, que os Superiores responsáveis, como por exemplo o Conselho Superior, venha a encontrar-se diante de decisões graves, discutíveis, ou de todo em todo erradas e nocivas à Congregação, com compromissos já aceitos e vinculados também com obras novas.

Semelhante procedimento, como dizia acima, produz um duplo e grave dano à Congregação; de fato muitas vêzes compromete os verdadeiros interesses, provocando também situações extremamente prejudiciais que se poderiam ter evitado, e ao mesmo tempo dá o exemplo de arbitrariedades e abusos de poder que servem de triste lição para os Irmãos.

Penso que não será necessário insistir mais sôbre êsse ponto: aliás vós certamente estais de acôrdo sôbre a neces-

sidade dessas observações que não partem de desconfiança, nem de excessiva prudência, não; elas partem, além do mais, de uma longa experiência e têm como preocupação única os interesses da Congregação no sentido mais amplo da palavra.

Finalmente, creio oportuno, dentro do espírito conciliar que deseja os religiosos corresponsáveis e cointeressados na comunidade, convidar os Superiores dessas comunidades a informar adequadamente os irmãos também acêrca dos problemas e das situações econômicas. Tal informação empenha mais os irmãos na vida e nos interesses da casa em que trabalham e é um meio de união e de verdadeira formação para os membros da comunidade.

Nossas obrigações sociais

Seja-me permitida ainda uma palavra que se refere aos nossos deveres de justiça social e de cidadãos.

Todos conhecemos e muitas vêzes explicamos os grandes documentos sociais da Igreja. E está muito bem. Esses documentos devem ser traduzidos em realidades operantes primeiramente por nós, no nosso ambiente. Seria paradoxal falar tanto de justiça social, de “*Populorum Progressio*”, se às palavras não correspondessem os fatos; e nos exporíamos a irônicas e decepcionantes reações que teriam reflexos na Congregação e na mesma Igreja.

Na prática, todos aqueles que estão ligados a nós por motivos de trabalho tenham o tratamento econômico e social exigido pela lei e pela mesma natureza do seu serviço: não se pode pretender que tantas boas pessoas renunciem, como podemos fazer nós em força de nossa consagração, aos próprios direitos, tanto mais quando atrás de si há uma família, ou como quer que seja tantos problemas que enfrentar.

Não só, mas essas relações sejam sempre encaminhadas e guiadas num sentido profundamente cristão, sacerdo-

tal e salesiano: também quando para a vida de nossas obras, tornamo-nos de algum modo empregadores, não podemos esquecer nossa condição especial com relação a êles: a seus olhos somos sempre religiosos e sacerdotes, pais.

“Que pensar, pergunta um escritor, das pequenas desonestidades “para a glória de Deus” ou “para o bem da Congregação”, as falsas declarações e, pior ainda, a recusa de inscrever as pessoas, que nos prestam serviço, na previdência social? Faz pouco, uma senhora empregada numa comunidade, e não inscrita na previdência social, tomava a liberdade de pedir um aumento. Mas ouviu estas palavras: “Mas, minha senhora, poderia trabalhar por amor de Deus!” (G. Huyghe, *op. cit.* pág. 228).

Aludi acima aos nossos deveres de cidadãos. Sobre êste ponto não necessito falar muito. Em qualquer país onde trabalhamos, sentimo-nos integrados na grande comunidade: dela recebemos vantagens e serviços. É óbvio que devamos dar a nossa contribuição para o bem comum também com a observância sincera das leis, inclusive as financeiras, fiscais, alfandegárias. É supérfluo dizer quais seriam os reflexos por causa de uma conduta diferente. O bom cristão — e o religioso — e um cristão por excelência, é cidadão exemplar: “Dai a Cesar...”.

Bem-aventurados os pobres

Caríssimos irmãos, tenho-vos entretido bastante. Mas acho que vós mesmos estais convencidos que o argumento merecia. Quero crer que o tratado, embora na sua modéstia, tenha demonstrado como são vastos os reflexos da Pobreza e quão profundos em tôda a nossa vida. Compreendamos bem a palavra de São Francisco de Assis, o qual, é bom tê-lo presente, “numa época de triunfalismo, no tempo em que na Roma papal há côrte mais esplendorosa, faz o protesto não violento, mas um protesto de testemunho pleno de amor a Cristo, à Igreja, e por isso desposa a pobreza”.

Pois bem, São Francisco, o evangélico protestador do amor, dizia a seus religiosos: “Até que resistir a pobreza, resistirá também a nossa tenda: mas se a pobreza vacila, coitada da tenda”.

É o mesmo pensamento que preocupava Dom Bosco: “O bem-estar — dizia êle — marcará o fim da Congregação”. “O mundo nos respeitará se formos pobres e castos”.

Essa clara convergência de idéias e de valorizações por parte dêsses grandes servidores da Igreja, que viveram à distância de séculos, em épocas providenciais para a Igreja, é para nós uma advertência, um convite, um conforto reiterado ainda nestes dias pela palavra elevada e abalizada do Papa. Nossa Pobreza — diz êle — é um atestado de fidelidade evangélica: é a condição, às vêzes sôbre-humana daquella liberdade de espírito, com relação aos vínculos da riqueza, que dá mais vigor à missão do Apóstolo” (*Disc. de Paulo VI à Conferência Latino-Americana*).

Quais as conclusões desta longa conversação?

Para que de fato a Pobreza seja a verdadeira riqueza da nossa Congregação nesta hora de confusão e de desvios, à luz das considerações apresentadas nesta minha carta, que serão relidas e oportunamente comentadas e aplicadas, convido a todos a fazerem o que em certas Ordens Religiosas se chama “*scrutinium paupertatis*”, exame de pobreza.

Para tal fim, a esta carta segue um exame de consciência prático respectivamente para os Conselhos Inspetoriais e para cada Comunidade. Aos irmãos sugiro fazer êsse exame pelo formulário publicado depois do Capítulo Geral: ocasião propícia é a do retiro mensal.

Espiritualmente preparados, reunamo-nos, nos Conselhos e nas Comunidades, para fazer, com o roteiro do exame, uma eficaz revisão de vida sôbre a pobreza.

Finalmente, tomem-se resoluções, corajosas até, mas concretas, por parte dos Inspetores e Diretores.

Sentir-me-ei feliz em conhecer o êxito dêsse grande escrutínio, que visa, bem vêdes, dar à nossa querida Congre-

gação o impulso e otimismo de que a pobreza integralmente vivida e realizada é fonte e condição.

E o Senhor Jesus faça sentir e saborear a cada um de nós que quer seguí-lo generosamente no seu convite à vida pobre, tôda a alegria de sua palavra inundada de luz: “Bem-aventurados os pobres no espírito”.

Com a minha afetuosa saudação, tende a certeza da minha diária lembrança por vós no altar. Fazei o mesmo e vos serei cordialmente agradecido.

Vosso afeçoadíssimo

Sac. Luís Rícceri

Reitor Maior

“SCRUTINIUM PAUPERTATIS”

Exame de consciência sôbre a prática da Pobreza

Em nível inspetorial

O Conselho Inspetorial é regular e periodicamente informado e interessa-se pelo andamento da Inspetoria sob o aspecto da fidelidade à Pobreza?

A Inspetoria (ou outra Entidade praticamente equivalente) possui bens imóveis além dos necessários ao desenvolvimento da nossa obra ou em tal quantidade que, no contexto nacional ou regional, nos colocam de fato na categoria dos “ricos”, dos “possuidores”, dos “patrões”?

Está em execução — ou ao menos em estudo — um programa concreto e preciso para sair o mais depressa possível de semelhante situação, hoje absolutamente insustentável e não admitida pelas nossas constituições?

Diante de um exame objetivo das obras da Inspetoria, considerada complexivamente, resulta uma preferência clara do nosso trabalho pela juventude das classes pobres e necessitadas?

Tem-se a coragem de eliminar decididamente, embora gradativamente, eventuais desvios nesse setor?

Na aprovação dos planos de construção e trabalhos de vulto tem-se presente o dever do testemunho da pobreza “coletiva”, da qual nos fala expressamente o Concílio?

Na hierarquia dos interesses e planos de desenvolvimento se dá por acaso preferência às obras chamadas “ricas”, deixando para trás as outras, criando assim ou aprovando uma injusta disparidade de existência e de vida e disponibilidade entre as casas da mesma Inspetoria?

A administração dos bens da Inspetoria pode servir de exemplo à administração das casas pela ordem, atualização e clareza de registro? Pelo respeito sincero às leis do Estado, tanto fiscais como sociais? Pela fidelidade à vontade dos benfeitores nas diversas obrigações e condições provenientes de heranças, doações? Os balanços preventivos e consuntivos são preparados seriamente e depois diligentemente examinados pelo Conselho Inspetorial? O “Rendiconto” anual ao Conselho Superior é redigido com exatidão e sinceridade e remetido a tempo?

Uma administração deficiente, desordenada, não fizeram talvez a Congregação perder quantias ingentes?

Que preparação técnica se dá àquêles que estão encarregados da administração das casas (Prefeitos, Diretores)? O descuido de semelhante preparação muitas vêzes é causa de graves desordens e prejuízos nas nossas casas?

Os escritórios da Inspetoria, mesmo sem descuidar a funcionalidade e eficiência requeridas pela natureza do trabalho e exigências de hoje, são sinal claro diante da Inspetoria e das pessoas externas de uma Pobreza autenticamente salesiana?

Na vida e no trabalho (alimentação, vestuário, móveis, viagens, instrumentos de comunicação social, meios de transporte, automóveis, aviões) do Inspetor e de seus imediatos auxiliares, há algo que possa servir de pretexto para levar ou justificar abusos em matéria de pobreza por parte dos irmãos que olham e julgam?

Em particular o uso do automóvel se justifica sempre por reais exigências de trabalho (e nunca pode ser pessoal), ou se excede quanto ao número, ao uso de carros luxuosos até, com escândalo dos nossos e dos externos?

Na Inspetoria há diferenças estridentes entre casas “ricas” e casas “pobres”, entre casas que vivem na abundância e outras que talvez passem necessidade?

Existe nas casas e nos irmãos espírito de solidariedade exigido pelo Concílio (P. C. 13), isto é, a comunicação dos bens que leva uns a socorrer as necessidades dos outros? Que se faz para tornar eficiente e prática, para atuar essa colaboração e solidariedade?

Como são utilizados os talentos que o Senhor deu aos irmãos, a eventual preparação ou especialização? Estamos bem persuadidos que desperdiçá-los é, de certo modo, falta de pobreza, descuidando um precioso cabedal de inteligência, de trabalho, de experiência e de dinheiro gasto para os estudos?

As férias dos irmãos possuem o teor de uma autêntica pobreza como sendo necessárias ao descanso, ou são manifestação de um estilo de vida burguês (demasiadamente compridas, inúteis, com despesas desproporcionais, em lugares muito distantes)? Também quanto às excursões devemos perguntar-nos se se justificam as despesas, a duração, os lugares, etc.?

As despesas, tanto pessoais quanto da comunidade, são feitas com espírito de pobreza, isto é, bem justificadas, ou se procede levianamente, desconhecendo o valor do dinheiro?

Em nível local

A vida de comunidade exige que haja em todos os membros da casa uma idêntica prática da pobreza, sem distinção alguma, e com

o empenho de todos em manifestar externamente com muita alegria essa situação de pobres em Cristo. Isso no entanto não se conseguirá se no Conselho da casa não se destina alguma reunião anual e uma revisão profunda, serena, de tudo que diz respeito à pobreza da casa.

Há de modo especial dois momentos durante o ano em que mais do que em outros a comunidade é empenhada a viver a pobreza: a Quaresma, aceita como espírito de penitência, e o Advento considerado como espera de Cristo, o qual “sendo riquíssimo se fez pobre por nós, a fim de que na sua pobreza nos tornássemos ricos”.

Pode-se dizer que a nossa comunidade dá verdadeiramente um testemunho vivo quase coletivo de pobreza, por exemplo:

- na residência simples e pobre...
- no teor de vida sóbrio e austero...
- na renúncia a comodidades supérfluas...
- no uso moderado e razoável dos divertimentos...
- no emprêgo útil das férias escolares?...

Gasta-se o dinheiro como pobres, ou muitas vezes devemos lastimar despesas desnecessárias, não justificadas, supérfluas?

O Conselho da casa, e proporcionalmente todos os irmãos, são periodicamente informados a respeito da economia em geral, e em particular da sua correlação com as exigências da pobreza religiosa?

Os irmãos são informados acêrca do andamento econômico da casa, das despesas, das beneficências?

Se a casa se ocupa prevalentemente de jovens que pertencem a classes abastadas ou de qualquer maneira em condições de pagar as anuidades convenientes, há por parte dos superiores responsáveis a preocupação de abrir-se à necessária beneficência numa medida proporcional através de gratuidades, reduções, bôlsas de estudo em favor dos jovens mais necessitados e merecedores ou através de outras iniciativas sociais de acôrdo com a situação local?

Neste quadro de beneficência e, mais ainda, por exigências de justiça e da vida da Congregação, entra a quota Inspetorial para as casas de formação e pelas necessidades gerais da Inspetoria: como se atende?

Quando os setores de ação da casa são diversos, há por acaso uma evidente — e talvez ofensiva — disparidade de tratamento entre os irmãos ou ambientes, ou aparelhamento ou disponibilidade de um ou de outro setor, com relação à sua produtividade econômica? (Pense-se, por exemplo, nas condições em que são deixados certos oratórios juntos de Institutos majestosos e ôtimamente aparelhados).

Os irmãos podem notar claramente que aquêles que têm responsabilidade administrativa se consideram não donos, mas tão somente administradores responsáveis perante toda a comunidade?

Há na Comunidade uma real e razoável igualdade no teor de vida dos irmãos (roupas, alimentação, etc.)?

(Para registro e escritórios, cf. o que foi dito em nível inspetorial).

A parte da casa destinada à Comunidade religiosa espelha a nossa pobreza e desapêgo efetivo dos bens supérfluos?

A comunidade é posta a par e interessa-se dos grandes e angustiosos problemas da fome, da sub-nutrição, do desemprego, das doenças e de eventuais calamidades locais, regionais e mundiais? Estudam-se os modos práticos para que esse interesse se torne solidariedade operativa e participação cristã, com sacrifícios comunitários e renúncias pessoais, com um estilo de vida autera que permitam dar à nossa solidariedade formas concretas e válidas?

Para usufruir de benefícios econômicos, concedidos pela legislação local, chega-se talvez a compromissos não admissíveis pela justiça e sinceridade?

O tratamento do pessoal externo docente, assistente, empregados... está de acordo com a lei do País, completada — se for o caso — por critérios fundamentais de justiça e socialidade cristã, ensinada pela Igreja?

Há um fator que distingue o pobre e que foi característica de nosso Fundador: o *trabalho*. Distingue também a nossa comunidade e os irmãos todos e a cada um?

O aproveitamento de nossas férias e em geral do tempo livre está de acordo com a pobreza professada ou se torna uma manifestação de burguesismo?

A apresentação da casa pode-se dizer que é realmente pobre e simples, embora decente e funcional?

De modo especial tem-se verdadeiro sentido da pobreza nos móveis de uso diário ou se trocam com demasiada frequência e se compram móveis demasiadamente luxuosos?

II. DISPOSIÇÕES E NORMAS

Os retiros mensais e trimestrais

Visando o aprofundamento da vida religiosa, pessoal e comunitária, dos irmãos, o XIX Cap. Geral dedicou uma atenção particular aos retiros mensais e anuais, estudando a maneira prática de valorizá-los na forma e na substância, e apresentando finalmente as deliberações em matéria de retiro mensal e trimestral, sobretudo no art. 20 bis dos Regulamentos.

Antes de votar esse artigo assim falou o Reitor-Mor: “Este grito que é de toda a Congregação: dai-nos espiritualidade! Cultivai nossa vida espiritual, sacerdotal e religiosa! Não nos esgoteis no trabalho!” é um fenômeno positivo e consolador. Não nos deixemos, pois, impressionar pelas dificuldades! Se não providenciarmos, se não recolhermos essas invocações, nós alimentamos nosso lento suicídio espiritual. O interesse precípua da Igreja, e portanto da Congregação, hoje mais do que nunca, é que os seus apóstolos estejam “vivos” de uma vida interior”.

Esta preocupação do Capítulo Geral e do Reitor-Mor encontrou sensibilidade nas Inspetorias e nas Casas e de diversas partes nos foram comunicadas iniciativas, esforços generosos, programas cuidadosos para realizar plenamente as deliberações capitulares quanto aos retiros e oferecer assim aos irmãos aquilo que têm direito de esperar da Congregação para a sua perfeição religiosa e para o aprofundamento de sua ação apostólica.

Foi, entretanto, notada aqui e acolá alguma interpretação menos reta da “mens” do Cap. Geral, sobretudo com tendência a transformar os retiros em dias de estudo e atualização com mesas redondas e grupos de discussão, ou instrumentos para a programação pastoral e educativa das casas.

É óbvio que essas são realizações de máxima utilidade, antes indispensáveis, como em muitas ocasiões foi frisado nos documentos conciliares e capitulares, e nos atos de nossos dicastérios e das diversas Conferências Inspetoriais.

Mas não se deve absolutamente identificá-los com a natureza e as finalidades dos nossos retiros, que assim podemos descrever, usando as palavras do Capítulo Geral: “O religioso sabe que ele deve

reafirmar o seu empenho cada dia e manter-se a êle presente com reflexão viva, com generosidade de esforços e sempre sob o influxo do Espírito Santo. Por isso o bom salesiano não descuida mas acolhe com fervor os momentos e os compromissos da vida religiosa nos quais pode parar um pouco na intimidade de Cristo para examinar-se, purificar-se, nutrir-se e partir novamente. Todos os dias no silêncio sagrado, na oração e na Missa; tôda semana na Confissão; todos os meses no Retiro mensal e no "Rendiconto"; todos os anos nos Exercícios Espirituais".

Eis, pois, bem precisa a essência do Retiro: *parar um pouco na intimidade de Cristo, para examinar-se, purificar-se, nutrir-se e partir novamente.*

Ocorre, por isso, remeter a outra ocasião tudo aquilo que não se enquadra diretamente com essa finalidade, para não desperdiçar ou diminuir uma ocasião tão preciosa e tão particularmente necessária ao apostolado de hoje; também a Conferência pastoral de que se fala no art. 152 dos Regulamentos, o Diretor a reserve para outro momento durante o mês.

→ "Seria um êrro, afirma Paulo VI, diluir o retiro dos exercícios com inovações que, boas em si mesmas, viessem a reduzir a eficácia do retiro fechado. Essas iniciativas — como atividade de grupo, discussões religiosas e pesquisas de sociologia religiosa — têm seu lugar na Igreja, mas não é no retiro fechado, no qual a alma, a sós com Deus, recebe generosamente o encontro com Ele, e é por Ele maravilhosamente iluminada e fortificada. Dessas almas o mundo de hoje tem grande necessidade".

Praticamente, o retiro mensal deve ser um dia de recolhimento e de meditação, de construtivo exame de consciência: uma parada salutar e benéfica para o espírito. É, pois, necessário que os Superiores responsáveis se preocupem para que todos os irmãos possam participar dêle: o lugar, o ambiente, o tempo, o horário, o pregador, tudo deve contribuir e favorecer o clima de recolhimento e fecunda reflexão. Por isso o retiro deve ser programado a tempo e diligentemente organizado. Aquilo que se refere ao Retiro trimestral aplique-se análogamente ao retiro anual do qual todos reconhecem a importância. O retiro mensal se realiza em dia fixo: os irmãos superando tôda dificuldade, tenham o mínimo de três horas completamente tranqüilas para poder dedicar-se aos interesses da própria alma.

III. COMUNICAÇÕES

1) *Lembrança para 1969*

"O Mistério Eucarístico empenha toda a comunidade dos fiéis e exige de cada um obséquio personalíssimo e vital".



À luz dessas palavras de Paulo VI fazamos da Eucaristia e de nossa vida eucarística

- ★ Centro da Comunidade Educativa
- ★ Alma da Vida Familiar
- ★ Fonte e Sustentáculo de Nosso Testemunho e Apostolado.

2) *Exatidão na compilação dos formulários de estatística*

Haja um empenho sério, fazendo as necessárias pesquisas junto aos escritórios competentes, para que os dados correspondam à realidade. É por demais evidente em certos casos o contraste entre os dados trazidos nos formulários e o estado das coisas.

Ponha-se igualmente atenção no sentido preciso de cada termo das fichas para referir em lugar oportuno os diversos dados.

Hoje acontece mais facilmente descobrir essas inexatidões em vista do uso mais freqüente e também mais científico dos dados estatísticos com a finalidade de ter um conhecimento atualizado e claro das obras e das atividades salesianas. As estatísticas não têm importância para o arquivo, mas, iluminando as situações concretas da Congregação nos diversos setores de apostolado, fornecem os elementos para importantes decisões de ordem prática. Boas estatísticas são instrumentos utilíssimos para organizar bem o nosso trabalho, mas é necessário a diligência de todos os responsáveis para que o instrumento seja de fato válido.

IV. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR E INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

A) ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR

A Crônica do Conselho Superior do número precedente dos "Atos", deu lugar de destaque aos Encontros Continentais dos Inspetores, que se desenrolaram respectivamente em Bangalore, Como e Caracas, e as festividades do Centenário de N. S. Auxiliadora.

Durante os meses de julho, agosto e setembro, os Superiores Maiores, todos presentes em Turim, além do despacho das práticas ordinárias, especialmente para sistematizar o pessoal, voltaram suas atenções ao estudo dos problemas gerais da Congregação, alguns dos quais já haviam sido propostos nos Encontros Continentais dos Inspetores. Distribuídos primeiramente em diversas comissões, estudaram cada um dos temas, que depois foram submetidos ao exame e aprovação de todo o Conselho Superior. Não é possível esboçar um quadro completo dos assuntos tratados, nem se podem apresentar a respeito de cada tema as conclusões definitivas; aqui trazemos só as informações que são de mais vivo interesse para a Congregação e os que poderão ter ou tiveram uma execução imediata.

Redimensionamento

Tôdas as Inspetorias, com exceção das da América Latina, que apresentarão seu material no mês de junho, enviaram a Turim, nos meses passados a própria documentação acêrca do redimensionamento: as propostas de cada um dos irmãos, das Casas, dos Conselhos Inspetoriais e das Comissões Inspetoriais. A comissão Central para o redimensionamento, nomeada pelo Conselho Superior com a representação das diversas Regiões, que se reuniu durante várias semanas em Turim-Caslette, examinou todo o material e em seguida formulou as suas conclusões para cada Inspetoria.

Os Superiores tomaram conhecimento dessas conclusões e dispuseram que fôsem comunicadas aos Inspetores, para que eles, juntamente com o Conselheiro Regional e com a colaboração da Comis-

são Inspetorial, formulem o documento conclusivo do redimensionamento para cada Inspetoria. Foram igualmente estudadas algumas indicações práticas para orientar nas conclusões desse importante documento, do qual dependerá a atuação do redimensionamento.

Redimensionamento das Inspetorias

O estudo do redimensionamento de cada Inspetoria revelou dificuldades provenientes de causas diversas, colocadas em evidência pelas mesmas Inspetorias.

Essa verificação levou o Conselho Superior a esclarecer, nos limites do possível, quais os elementos de caráter geográfico, social, religioso, econômico, estrutural são necessários para que uma Inspetoria possa ter suficiente garantia de vida e seguro resultado apostólico.

Tais critérios devem estar presentes ao estudo daquelas situações que particularmente chamaram a atenção no redimensionamento: onde fôr necessário será constituída uma comissão, a qual, de acôrdo com os Inspetores interessados, com os Conselhos Inspetoriais e com as comissões de redimensionamento, deverá estudar e propor as eventuais providências para conseguir uma justa composição das Inspetorias.

Curso para voluntários para a América Latina

A preparação para a expedição extraordinária de irmãos para a América Latina exigiu a definição do programa de estudo para o curso de preparação que os missionários deveriam seguir em Roma, na casa S. Tarcísio, durante o mês de setembro.

Os Conselheiros Regionais diretamente interessados, prepararam êsses esquemas, e o curso, para o qual foram convidados professores de particular experiência missionária, obteve unânime satisfação e resultado concreto. Veja em outra parte destes "Atos" a saudação e os augúrios expressos pelo Santo Padre aos nossos Irmãos na audiência de Castelgandolfo.

Solidariedade entre as obras da Congregação

Para atender ao convite do Concílio Vaticano II e do XIX Capítulo Geral, e movidos pelas constatações feitas muitas vezes no de-

correr de suas visitas, os Superiores decidiram propor e promover iniciativas de caráter contínuo e regular, e não só ocasional, para que se desenvolva em todos os irmãos o espírito de solidariedade entre as Obras da Congregação, alimentado por uma mentalidade aberta e sensível a tôdas as necessidades, desligada de visões particulares e restritas, que limitam a Congregação ao âmbito da casa e da Inspetoria.

Os Superiores Regionais estudarão com as Conferências Inspetoriais as grandes linhas para a atuação da iniciativa inspirada — como dissemos — no Concílio (*Perfectae Caritatis*, n. 13) e o XIX Capítulo Geral (Atos do XIX Capítulo Geral, — Nossa Vida religiosa hoje, Cap. 3.º).

Segundo Noviciado

O Capítulo Geral (Nossa vida religiosa hoje, pág. 106), confiou ao Conselho Superior a tarefa de estudar a “possibilidade de atuar gradualmente um segundo noviciado”. Nos Encontros dos Inspetores foi lembrado êsse empenho e foi reafirmada a necessidade de uma séria renovação espiritual dos Irmãos depois de um período de intensa atividade apostólica. Os Superiores têm estudado a solução deste problema que apresenta muitas dificuldades, quanto ao lugar, à duração, ao enfoque, ao pessoal, etc. Porém, à luz do estudo feito, espera-se que essas dificuldades possam ser superadas e que em 1969 se possam fazer as primeiras experiências para apresentar ao Capítulo Geral, tanto para sacerdotes como para coadjutores. Os Conselheiros Regionais foram encarregados de levar a peito essa questão juntamente com os Inspetores e seus Conselhos e recolher, nas várias Inspetorias, sugestões para uma atuação prática da proposta apresentada pelo Capítulo Geral.

Sede Geral da Congregação

O Conselho Superior interessou-se ativamente para realizar o desejo expresso no Capítulo Geral acêrca da transferência para Roma da Sede Geral da Congregação.

Foi adquirida a área, e foi preparado um projeto detalhado e sobre êle, nos meses passados, foi feito atento exame por parte do Conselho Superior. Estão em curso as práticas de licença para a construção a fim de começarmos os trabalhos dentro de um período que esperamos seja relativamente breve.

Valdocco

Paralelo ao projeto de transferência da Casa Geral de Turim para Roma surge a necessidade de cuidar de uma nova destinação para a casa de Valdocco, com a Basílica de N. S. Auxiliadora e as várias comunidades de irmãos e jovens.

Tendo como base as conclusões do redimensionamento formuladas pelas Inspetorias Central e Subalpina, o Conselho Superior, sem tomar decisões imediatas e definitivas, todavia fixou algumas linhas de orientação para as futuras decisões, levando em conta as exigências da Basílica de N. S. Auxiliadora e dos lugares sagrados da história salesiana, das necessidades de se terem em Valdocco obras realmente dignas do Centro espiritual da Congregação e de criar um lugar de acolhida para os peregrinos.

Laicato Missionário

O convite dirigido pelo Concílio a todas as organizações missionárias, e recebido pelo XIX Capítulo Geral, as realizações já efetuadas por outras instituições e a solicitação sempre insistente de ajuda por parte das nossas missões devido à carência de vocações sacerdotais e religiosas, levaram o Conselho Superior a considerar a possibilidade de, também a nossa Congregação, interessar leigos para encaminhar em terras de missão. A iniciativa é de amplo interesse e pode dizer respeito, através do Secretariado Central das Missões, à Pastoral Juvenil, aos cooperadores e aos Ex-alunos, às Voluntárias de Dom Bosco.

O Conselho Superior estudou as finalidades que essa iniciativa deve propor-se, o âmbito e a maneira com que se deve procurar os elementos aptos, os métodos de preparação dos escolhidos, as zonas de interesse, o financiamento, os organismos responsáveis, etc.

Também com relação a este setor não foram tomadas disposições definitivas, mas depois do primeiro estudo do problema foram encarregados alguns irmãos de estudá-lo mais a fundo, de indicar normas práticas para a atuação da importante iniciativa missionária e de iniciar experiências para animar, e em seguida preparar leigos para nossas obras missionárias.

B) INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

Nos meses passados houve uma intensa atividade de Congressos, encontros, cursos, reuniões de estudo. É impossível assinalá-los to-

dos, também porque, infelizmente, nem sempre chega a necessária documentação aos escritórios centrais. Faremos menção aos mais importantes e de interesse geral.

Lembramos em primeiro lugar o “Congresso Internacional dos Ex-alunos”, realizado em Bogotá (Colômbia) de 20 a 24 de agosto, contemporaneamente ao Congresso Eucarístico Internacional. Tomaram parte todas as delegações das Inspetorias Latino-americanas, acolhidas com a maior cordialidade pela Federação Colombiana que cuidou da organização do congresso. Se é verdade que nessa ocasião apareceram evidentes as grandes possibilidades que estão abertas aos nossos Ex-alunos na América do Sul, para uma animação cristã da sociedade e se pôde notar a grande disponibilidade nessa tarefa, infelizmente tivemos que constatar que esse setor de atividade salesiana ainda não foi bem compreendido na sua verdadeira importância como integração de nossa ação educativa e não dispõe de elementos, de meios, de iniciativas que seriam necessários para uma sólida eficácia apostólica. Os Atos oficiais do Congresso serão publicados brevemente.

Em Muzzano (Itália) pela segunda vez depois da feliz experiência de anos passados, realizou-se o curso para neo-diretores. Estavam presentes irmãos da Itália, Espanha, Portugal, Bélgica, Iugoslávia: havia também alguns do México e da Índia.

O número crescido dos participantes dessa iniciativa revelou a oportunidade de uma válida preparação próxima daqueles que devem assumir a responsabilidade das nossas Comunidades. Assinalamos para todos os Irmãos as conferências sobre a vida religiosa e salesiana, vista à luz dos documentos conciliares, a cargo do Padre Aubry e a palestra do Padre Marchísio: ambas fazem parte de um volume polígrafado que se encontra à disposição junto do Conselheiro Regional da Itália.

Em Lião, no dia 12 de setembro, reuniu-se para a última sessão a Comissão da “Ratio Studiorum” das nossas casas de Formação. O documento conclusivo elaborado pela mesma comissão, será encaminhado aos Inspetores dos estudantados, para que tomem conhecimento das novas diretrizes que devem seguir para os estudos eclesiais. Do momento em que a Sagrada Congregação da Educação Católica ainda não apresentou normas definitivas para a reforma dos estudos eclesiais, a nossa “Ratio Studiorum” tem, por enquanto, valor provisório e de orientação.

Ainda em Lião nos dias 10 e 11 de setembro, se realizou uma sessão de estudos salesianos com a presença dos Padres Bellido e Pianazzi. Tomaram parte peritos das Inspetorias da Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália e Espanha.

O tema para estudo era o seguinte: "As práticas de piedade Salesianas". Foram apresentadas algumas relações e sobre elas se desenvolveu uma discussão profunda pelos participantes. As "Atas" dessa sessão serão publicadas próximamente e falarão claramente do esforço da Congregação para realizar o desejo do 19.º Capítulo Geral sobre as necessidades de definir os princípios e as práticas da espiritualidade salesiana.

Em Verona de 12 a 14 de setembro, se realizou o "Primeiro Encontro Nacional entre dirigentes e professores das Escolas Gráficas Salesianas". Os irmãos Coadjuutores italianos se uniram a representações de outras Inspetorias da Europa. O encontro tinha um caráter prevalentemente técnico e demonstrou de um lado o preparo de tantos Irmãos Coadjuutores e de outro lado a necessidade de uma sempre mais alta qualificação das nossas escolas no campo gráfico Nacional e Internacional.

Em Sôndrio, já no seu quinto ano, se realizou o curso de Catequética para os Irmãos Coadjuutores com a finalidade de prepará-los para o ensino da religião nas escolas e habilitá-los a êsse encargo com título reconhecido pelas autoridades eclesiásticas. O Curso foi frequentado por cerca de 80 Salesianos e recebeu a satisfação unânime dos participantes.

Em Niterói, no Brasil, se realizou no mês de julho durante o período de 4 semanas um curso de formação para orientadores educacionais. Uma primeira seção do curso se realizou em 1967 e a última seção se realizará em Janeiro próximo. As lições reservadas aos Irmãos, Sacerdotes e Clérigos foram ministradas por professores da Faculdade Dom Bosco de São João Del Rei.

O Padre Miguel Mouillard, delegado internacional da Pastoral Juvenil e o Padre Vitório Gambino, do mesmo centro de Pastoral Juvenil, dirigiram no mês de julho próximo passado, dois cursos de atualização catequética para os irmãos das Inspetorias do Recife e de São Paulo no Brasil.

Visitaram sucessivamente todos os centros inspetoriais de Pastoral Juvenil das Inspetorias da América Latina, entrando em contacto com os Inspetores, os Delegados da Pastoral Juvenil e outros Irmãos empenhados nos diversos setores dêsse apostolado. Com êles estudaram a possibilidade do incremento e aperfeiçoamento do serviço Apostólico Salesiano para a Juventude daquelas regiões.

Sua visita, que ainda se prolonga, deu possibilidade ao Centro Internacional de Turim de coligir preciosas experiências para a solução de problemas da Pastoral Juvenil.

Muitos cursos de qualificação para diferentes atividades apostólicas foram organizados para os Irmãos e jovens em quase todas

as Inspetorias. Remetendo às publicações de interesse nacional e local para informações mais pormenorizadas, acenamos tão somente àquelas que foram mais características: os cursos de orientação vocacional, os estágios para dirigentes e líderes de associações, cursos para animadores de cineforum e para animadores de diversas atividades apostólicas (Oratório, Instituto, Liturgia), os encontros para catequistas, os estágios para organizadores desportivos, as aulas para a formação para o apostolado, os cursos de atualização pastoral, didática religiosa, etc. Sem número são também as atividades práticas de apostolado que foram realizadas pelas missões, pelos bairros de periferia das grandes cidades para assistência aos meninos das colônias, para as obras em favor dos pobres, etc; muitas dessas obras mereceriam uma apresentação mais pormenorizada que poderá ser feita através do boletim salesiano das diferentes Nações ou nos noticiários das Inspetorias. Todas essas iniciativas testemunham o zelo dos Irmãos e a generosa correspondência dos jovens: eles constituem também um elemento de otimismo para o nosso trabalho de educadores e traçam uma linha de ação que prossegue fielmente sobre aquela marcada por Dom Bosco, ao mesmo tempo que se constituem sinal de uma vontade concreta e empreendedora de renovação.

Domingo, 22 de setembro na Basílica de N. S. Auxiliadora se realizou a solene função de despedida dos Missionários destinados a América Latina. O Reitor Maior e os membros do Conselho Superior concelebraram a Santa Missa com os missionários e Sacerdotes e, com uma linda novidade litúrgica em comparação com os anos precedentes depois do Evangelho foi-lhes entregue o cruxifixo. A expedição Missionária foi, na palavra do Reitor Maior, a homenagem mais significativa da Congregação para o Centenário da Consagração da Basílica de N. S. Auxiliadora e a resposta da nossa Família aos repetidos e angustiosos apelos do Papa Paulo VI para a América Latina no momento crucial de sua história.

Todos os Irmãos destinados aos vários Países frequentaram um curso de preparação Pastoral no Instituto Internacional "São Tarcísio" de Roma, com referências ao apostolado que os espera. Foram tratados temas gerais, como "a Missão" nas perspectivas doutrinárias do Concílio Vaticano II, a Pastoral Juvenil, familiar e Paroquial, a Sociologia Religiosa, etc.; e temas mais particulares como o Protestantismo, a paróquia, a pastoral do trabalho e o compromisso cristão no movimento operário e agrícola com referência particular à América Latina; finalmente a situação da Congregação Salesiana na América Latina e as linhas gerais da Pastoral Latino-americana emanadas pelo Episcopado.

Como justo título de reconhecimento assinalamos as Inspetorias de procedência dos Missionários: Central 10; Zamoura (Espanha) 8;

Madrid 5; de Novara e Vêneta São Marcos 4; Inspetorias das Apúlias, Campano-Calábria, Lombarda, Valência 3; Subalpina, Romana, Siciliana, Inglesa, Iugoslava, Barcelona, Córdoba, Cercilla e Estados Unidos São Francisco 2; a Austríaca, Australiana, Belga Sul e Belga Norte, Tchecoslovaca, Francêsa (Leão) da Ligúria, Bilbao (Espanha), Estados Unidos N. Rochelle, 1.

Os missionários foram distribuídos em vários países da América Latina com preferência para aquelas regiões que com mais urgência necessitam do Ministério Sacerdotal.

Além dos Irmãos enviados à América Latina receberam o adeus da despedida outros Irmãos, sacerdotes e clérigos destinados ao Oriente Médio (3) e a África Central (3).

Para concluir o elenco das atividades dêsses últimos meses queremos pôr em relêvo o grande número de peregrinações que chegaram à Basílica de N. S. Auxiliadora por ocasião do Centenário. Foram ainda jovens dos nossos oratórios, Cooperadores e Irmãos de tôdas as partes da Europa, de grupos paroquiais salesianos e também, em número muito elevado, não salesianos.

O Centenário multiplicando a presença dos devotos no Santuário da Virgem serviu sem dúvida para reanimar o amor e a devoção para com N. S. Auxiliadora em tantas almas, enquanto a nossa Congregação sentiu novamente aos pés da Virgem o seu centro espiritual e a sua força animadora.

V. DOCUMENTOS

Amor pela Igreja: Dever da hora presente.

Discurso pronunciado pelo santo Padre no dia 18 de Setembro de 1968.

Diletos filhos e filhas!

Nós dizíamos aos visitantes na última Audiência: Construí a Igreja!

Hoje retomamos o discurso convosco dizendo-vos: Amai a Igreja!

Nós nos referimos ainda ao espírito do Concílio, espírito que gostaríamos permanecesse puro e ardente nestes anos em que devemos meditar e aplicar os muitos e grandes ensinamentos que o mesmo Concílio nos deixou. Pensam alguns que o Concílio já esteja superado; e conservando dêle sòmente o primeiro impulso reformador sem atender ao que as solenes assembléias da Igreja decidiram, gostariam ir além, traçando não já reformas, mas revoluções que julgam poder autorizar por sí e que pensam serem tanto mais geniais quanto menos fiéis e coerentes com a tradição, isto é, com a vida da Igreja, e tanto mais inspiradas quanto menos de acôrdo com a autoridade e a disciplina da mesma Igreja, e ainda tanto mais plausíveis quanto menos diferenciadas da mentalidade do costume do século.

Um espírito de crítica corrosiva tornou-se moda em alguns setôres da vida católica: existem, por exemplo, revistas e jornais que, parece, não terem outra função a não ser reproduzir notícias desagradáveis acêrca de fatos e pessoas no âmbito eclesiástico; não raramente as apresentam de maneira unilateral e talvez ainda um pouco alteradas e dramatizadas para torná-las interessantes e picantes e acostumam assim os seus leitores não certamente a um juízo objetivo e sereno, mas a uma dúvida negativa, a uma desconfiança sistemática, a uma falta de estima preconcebida para com pessoas, instituições, atividades eclesiásticas; e portanto induzem leitores e seguidores a libertar-se do respeito e da solidariedade que todo bom católico, antes todo leitor honesto deveria ter para com a autoridade eclesiástica. Não a preocupação da informação exata e completa, não o desejo da correção fraterna onde ela é merecida, mas o gôsto do sensacional e a complacência pela denúncia ou pela divergência guiam certos publicitários, semeando inquietações e indocilidade nos espíritos de

tantos bons católicos, não excluindo alguns sacerdotes e incluindo não poucos jovens fervorosos. Penetra assim uma estranha mentalidade, que um célebre ilustre Professor Universitário Protestante, em conversa particular, qualificava de medo; um curioso medo de certos católicos que ficaram atrasados no movimento de idéias, os faz de boa mente alinhar-se ao espírito do mundo, adotar com fervor as idéias mais novas e mais opostas à costumeira tradição católica; o que, a meu ver, dizia êle, não é conforme o espírito do Evangelho.

A alegre evidência do encontro na Caridade

Que diremos nós de certos recentes episódios de ocupação de Igrejas Catedrais, de aprovação de filmes inadmissíveis, de protestos coletivos e organizados contra a nossa última Encíclica, de propaganda da violência política com fins sociais, de conformismo e manifestações anarquistas de contestação global, de atos de inter-comunhão contrários à justa linha ecumênica? Onde está a coerência e dignidade próprias dos verdadeiros cristãos? Onde está o verdadeiro sentido de responsabilidade para com a própria e a alheia profissão católica? Onde está o amor pela Igreja?

O amor pela Igreja! Queremos ainda supor que êle não esteja apagado nas pessoas que se qualificam católicas que se chamam de cristãos: se realmente elas amam a Cristo e realmente querem viver do seu Evangelho, o encontro na caridade, e portanto na Igreja que animada pelo Espírito Santo resulta exatamente da inter-comunhão de quantos vivem na caridade, deveria estar sempre em ato e, quase por um impulso intrínseco, deveria aparecer evidente, em uma alegre evidência que muitas vezes nos falta. Nós tanto mais o desejamos êste amor eclesial quanto maior é a nossa tristeza ao observar como muitos dêsses católicos inquietos partiram de uma elevada vocação ao apostolado, isto é, ao serviço e a dilatação da Igreja, e como por aquêle amargo espírito de crítica negativa e habitual, a que nos referíamos, empobreceram e muitas vezes se esvaziaram do amor apostólico, até tornar-se em certos casos, molestos e nocivos à Igreja de Deus. Aflo-ram aos nossos lábios as palavras de Jesus: "*Inimici hominis domesticus eius*", os inimigos do homem serão os de sua casa! Cfr. *Mat.* 10,36).

O nosso próximo começa pelos "Irmãos na Fé"

Mas agora falamos a vós, filhos fiéis, e em vós nos apraz ver a todos aquêles que com o coração humilde e sincero querem bem à

Igreja e fazem eco, com o sentimento e com a ação, ao nosso convite: **Amai a Igreja! É chegada a hora de amar a Igreja com coração forte e nôvo.**

A dificuldade a superar é a nossa miopia espiritual, que pára o olhar no aspecto humano, histórico, visível da Igreja... e não vê o mistério da presença de Cristo, que ela reclama e oculta aos olhos profanos não iluminados pela fé e pela inteligência profunda da sua mística realidade: êste olhar exterior vê a Igreja composta de homens imperfeitos e de Instituições temporais e limitadas, enquanto deveriam vê-la imediatamente tôda espiritual, tôda perfeita, antes tôda idealizada muitas vêzes de acôrdo com uma imagem arbitrariamente concebida. A imagem concreta e terrena da Igreja põe obstáculo ao amor fácil e superficial; a realidade material da Igreja, aquela que aparece no quadro na experiência comum, parece desmentir a beleza e a santidade que ela contém pelo carisma divino. Mas é justamente neste ponto que se manifesta o amor. Se é nosso dever o amor do próximo, qualquer que seja o aspecto sob o qual se nos apresenta; e se o amor deve ser tanto maior quanto mais abatida e sofredora é aquela aparência, nós devemos lembrar que também a Igreja é próximo, antes o nosso próximo por excelência, composta daqueles “Irmãos na Fé” (Gal. 6,10), a quem se deve a preferência do nosso amor operante; de tal sorte que os defeitos e as mazelas mesmas dos homens de Igreja deveriam tornar mais forte e mais solícita a caridade daqueles que querem ser da Igreja membro vivo, sadio e paciente. Assim agem os filhos bons, assim os santos.

“Hoje a Igreja está tôda voltada para as suas fontes para sentir-se verdadeira e viva”

E podemos acrescentar: essa dificuldade de dever amar a Igreja na sua realidade humana hoje diminuiu. Hoje a Igreja apresenta uma imagem mais digna de admiração do que de repreensão e lástima. Hoje em tôda a Igreja se notam esforços magníficos de autenticidade, de renovação, de vitalidade cristã, de santidade; uma santidade menos habitual e ambiental, se quereis, do que a de outros tempos, porém mais pessoal e conciente e também mais comunitária e operante. Hoje a Igreja depois do Concílio, está tôda voltada para a sua reforma interior: oração, dogma se iluminam mutuamente e emprestam à vida espiritual da Igreja o sentido de verdade e de plenitude no seu colóquio com Deus, uma profundidade interior aprofundada em cada alma e uma expressão harmoniosa e uníssona na celebração litúrgica dos mistérios sacramentais. Hoje cada Bispo, cada Diocese, cada Conferência episcopal, cada família religiosa está em fase de reforma

e de intensidade de autêntica vida católica. Hoje todo fiel é chamado à perfeição, todo leigo à operosidade apostólica, cada grupo à responsabilidade da atividade da Igreja, cada consciência e cada comunidade à expansão missionária: e toda a Igreja ao sentido da própria unidade e da própria catolicidade, enquanto a árdua mas sincera e ardorosa retomada dos contatos ecumênicos leva os católicos à própria reforma e à renovada capacidade de diálogo cordial com os Irmãos separados; hoje a Igreja está toda voltada para as suas fontes, para sentir-se verdadeira e viva, toda aberta para os contatos respeitosos e salutareos com o mundo, procurando encontrar na simbiose com ele a própria função ministerial de "Luz" e de "Sal" para a salvação universal; hoje a advertência de sua peregrinação escatológica torna-a pobre, livre, audaz, reconduzida à sua missão primitiva de testemunha da ressurreição de Cristo e fonte daquela esperança transcendental que infunde segurança e força a toda honesta esperança terrena; hoje enquanto ela se purifica de toda indevida contaminação mundana, ao mundo prega e infunde energia moral incomparável, fraternidade autêntica e solidária, capacidade de conquista de toda verdade e de toda riqueza da criação, alegria de viver na ordem e na liberdade, na unidade e na paz.

Amar a Igreja: Eis, filhos e Irmãos, o dever da hora presente. Amá-la significa estimá-la e sentir-se feliz por pertencer a ela; significa ser estritamente fiéis; significa obedecer-lhe e servi-la, ajudá-la com sacrifício e com alegria na sua árdua missão; significa saber compor o engajamento na sua visível e mística estrutura com amor honesto e generoso a qualquer outra realidade da criação que nos circunda e nos possui, a vida, a família, a sociedade; a verdade, a justiça, a liberdade, a bondade.

Assim, assim, filhos caríssimos, com a nossa Bênção Apostólica.

2. A obediência à Igreja virtude e compromisso de todos os fiéis.

Discurso pronunciado pelo santo Padre no dia 17 de outubro de 1968

Diletos filhos e filhas!

A reflexão sobre o Concílio à qual dedicamos estas nossas familiares palestras semanais se encontra com um tema difícil, ou melhor, impopular, o tema da obediência na Igreja.

É um tema comprometido, em primeiro lugar pela brisa da liberdade que sopra em todas as mentalidades modernas, contrárias às limitações e as restrições da espontaneidade e da autonomia da pessoa.

humana e também dos grupos associados em face da autoridade exterior. Está comprometida em segundo lugar pela apologia da liberdade em seus diversos aspectos de liberdade pessoal como exigência da dignidade humana (cfr. *Gaudium et Spes* n.º 17) da liberdade dos filhos de Deus (cfr. Ecl. 15, 14-15) proclamada pelo Evangelho (cfr. *Gaudium et Spes* n.º 41) da liberdade de conversão (cfr. *Ad gentes*, n.º 13), da liberdade da Igreja (cfr. *Dign. Humanae* n.º 13), da liberdade na Igreja (cfr. *Lumen Gentium*, n.º 37 etc.), da liberdade religiosa no âmbito das leis civis (cfr. *Dign. Humanae*), da liberdade da pesquisa científica, liberdade de informação, liberdade de associação, etc. (cfr. *Gaudium et Spes*); apologia que encontramos disseminada nos documentos conciliares. Como se pode falar de obediência depois de tôdas essas afirmações tão de acôrdo com o espírito humano, com a maturidade psicológica contemporânea, com o desenvolvimento da sociedade civil, com a intolerância disciplinar das novas gerações?

Até mesmo o nome de “obediência” não é mais tolerado na conversação moderna, nem mesmo lá onde necessariamente permanece a sua realidade: na pedagogia, na legislação, nas relações hierárquicas, nas normas militares, e assim por diante. Os têrmos de personalidade, de consciência, de autonomia, de responsabilidade, de conformidade com o bem comum... prevalecem; e, como se sabe, não é sòmente uma mudança de palavras que a nossa sociedade oferece a êsse respeito, mas uma mudança profunda de idéias, e agora com que fatos e com que acontecimentos, pequenos e grandes, todos nós sabemos.

A negação da antiga virtude civil e cristã

A obediência exige um dúplice elemento exterior de cada indivíduo ou de cada grupo: escutar outra voz que não seja a própria, e agir de conformidade a essa voz que é a voz de comando, que atesta uma autoridade, que dobra o ouvinte ao modo de pensar e de agir do qual êle não é o autor e do qual muitas vèzes não vê o porquê. A excessiva valorização dos critérios subjetivos não consegue mais compreender, como um outro critério extrínseco, a autoridade, possa interferir na expontânea e natural expressão de um ser ou de um grupo humano. Filósofos de ontem servem ainda de mestres aos de hoje, os quais não recuam diante das conseqüências extremas da contestação, da rebeldia e até da anarquia e do nihilismo. Notamos algumas violentas aplicações dessas idéias exatamente nêstes últimos tempos. E como se não bastasse desacreditar a obediência junto das gerações jovens com as negações mais ou menos radicais daquela antiga virtude civil e cristã, multiplicam-se as afirmações exageradas e intoleráveis; aquelas da opressão totalitária imposta por

meio de sistemas evoluídos de força e de legalismo policial, e aquelas da imposição publicitária introduzidas pelos formidáveis meios de comunicação “de massa”, como hoje se costuma dizer, acolhida insensivelmente e simultaneamente por milhões de clientes aderentes, dóceis a tudo quanto lêem, a tudo quanto ouvem, a tudo quanto vêem. O homem moderno deve obedecer assim? Não é esta invasão de vozes, de idéias, de exemplos, de modas, de acórdos simultâneos uma escravidão, uma obediência, inadvertida e agradável se quizerdes .que diminui e avilta a autonomia da personalidade?

Natureza e competência do magistério eclesiástico

E se do campo profano passamos para o campo religioso e precisamente para o da nossa vida católica, não é também ela dominada por um dogmatismo que sufoca a liberdade de pensamento e de consciência? Quantas coisas teríamos para dizer também a êsse respeito e exatamente por causa de recentes repercussões suscitadas por determinados atos do magistério eclesiástico: qual é a sua competência? qual é a sua autoridade? qual a sua estabilidade?

Não falaremos dêsse vastíssimo tema, que exige, para não ser deformado, uma tratamento muito ponderada e adequada, que agora não vemos possível.

É nosso desejo deixar em vós, filhos caríssimos, que assistindo a êste encontro e ouvindo estas humildes palavras já prestais homenagem à virtude cristã da obediência, um conceito reabilitado dessa virtude.

Teríamos tantas coisas para dizer a respeito do relativo primado dela (cfr. *S. Th.* II-II ae, 104,3): não está a obediência em estreita ligação com a ordem particular e universal? Com o equilíbrio e a harmonia de qualquer sociedade? Com o bem comum? Com a superação das fraquezas e incapacidades pessoais e com a consecução de bons resultados coletivos e sociais? Aonde iria acabar a lei, a autoridade, a comunidade senão existisse o culto da obediência? E no âmbito eclesiástico que seria da unidade da fé, da caridade, se uma conspiração de vontade, garantida por um poder autorizado, êle mesmo obediente à vontade superior de Deus, não propusesse e exigisse uma consonância de pensamento e de ação? E todo desígnio da nossa salvação não depende de um livre e responsável exercício da obediência? O que é o pecado senão uma desobediência a um mandamento divino, e o que é a nossa salvação senão uma adesão humilde e alegre ao plano misericordioso, que Cristo instaurou para aqueles que lhe obedecem, como discípulos, como fiéis, como testemunhas? Não pode-

riamos contemplar em síntese de obediência a nossa profissão cristã, a nossa inserção na Igreja, a nossa integração santificadora e beatífica, na vontade de Deus?

O "Fiat" da nossa oração cotidiana

O "Fiat" que dizemos a todo momento na nossa oração: "Seja feita a tua vontade" não é o ato mais habitual e mais completo da nossa obediência ao supremo e íntimo mandamento divino? E não seria fácil determinar a feliz relação que existe entre a verdadeira obediência e a liberdade, a consciência, a responsabilidade, a personalidade, a maturidade, a força moral e qualquer outra prerrogativa da dignidade humana, assim como qualquer respeitável e funcional posição na comunidade eclesial, basta que tivéssemos a paciência de repassar os títulos legítimos, as exigências e os limites, da obediência assim como no-la descrevem a Sagrada Escritura e a autêntica doutrina da Igreja? E como poderíamos falar ainda de paz sem referir-nos ao princípio que produz dentro e fora de nós, aquela ordem que exatamente gera e assegura a paz, isto é, a obediência? *Oboedientia et Pax*: Fórmula querida do venerável Cardeal Barônio, e depois do Papa João XXIII autor da Encíclica *Pacem in Terris* (cfr. Prov. 21,28).

Sim, teríamos tantas coisas para dizer sobre esse tema. Tantas coisas foram escritas sobre ele também nestes últimos anos (veja-se, por exemplo, uma nota bibliográfica no fim do estudo de Tullo Goffi, *Obedienza e autonomia personale*, Ancora, Milano 1967).

"Na revelação de Jesus Cristo comportai-vos como filhos da obediência"

Mas agora diremos uma coisa só: e é o mistério da obediência em Cristo Senhor Nosso (cfr. Adan. *Cristo Nostro Fratello*, II); mistério irradiante de todo o Evangelho, mistério que define a Ele como nosso Salvador (cfr. *Mat.* 11,25; *Io.* 6,37; *Mat.* 26,39; *Rom.* 5,19; *Phil.* 2,8); e mistério que nos é participado, de modo que "dêste aspecto fundamental da obediência não somente a Cristo mas comunicada de Cristo a nós nasce o sentido cristão da obediência" (Lochet).

Poderíamos prosseguir e alegrar-nos com a descoberta da equivalência que neste nível a obediência adquire com o amor. Dever-se-ia dizer tudo novamente sobre o novo estilo, na idêntica substância que a obediência adquire na Igreja depois dos ensinamentos do Concílio; uma referência a fizemos Nós mesmos na Nossa primeira Encíclica: *Ecclesiam suam* (A. A. S. 1964, p. 657). Selemos toda essa nova doutri-

na, essa nova pedagogia, essa nova prática da obediência, com a lembrança da exortação com que o apóstolo Pedro, de cuja sepultura agora vos falamos, intimava aos primeiros cristãos: “Na revelação de Jesus Cristo (comportai-vos) como filhos da obediência” (1 *Pet.* 1, 13-14; *Heb.* 13-17).

Isso para a vossa dignidade de cristãos, para a vossa fidelidade, para a vossa felicidade, com a Nossa Bênção Apostólica.

3. A “Lex Orandi” da Igreja deve concordar com a fé, a tradição e a lei Canônica.

Do discurso do Santo Padre aos membros do “Consilium” para a Sagrada Liturgia, 14 de outubro de 1968.

Sendo necessário que a “Lex Orandi” concorde com a “Lex Credendi” e sirva para manifestar e corroborar a fé do povo cristão, as novas fórmulas que deveis preparar não poderão ser dignas de Deus, se não forem o eco fiel da Doutrina Católica; e então se compreende quantas qualidades de majestade, de simplicidade e de beleza e quanta atitude para mover os sentimentos e para inspirar a piedade elas deverão possuir para que possam plenamente responder à natureza própria do culto litúrgico (cfr. R. Guardini, *Lo spirito della liturgia*, Morcelliana, p. 43-44).

Do outro lado a renovação litúrgica não deve ser considerada de molde a rejeitar o sagrado patrimônio dos tempos passados e admitir inconsideradamente qualquer novidade. É-vos bem conhecido aquilo que a respeito se propuseram os Padres Conciliares: Isto é, que as inovações deveriam concordar com a sã tradição, assim “que nascessem as novas formas organicamente, de alguma maneira, daquelas já existentes. (n. 23). Por isso será chamada reforma sábia aquela que estiver em condições de harmonizar convenientemente o velho com o novo.

De quanto até aqui dissemos aparece evidente quão grande importância tenha hoje, com a finalidade de garantir uma reforma sábia, que todos compreendam o caráter eclesial e hierárquico da sagrada liturgia. Isto é, os ritos e as fórmulas litúrgicas não devem ser considerados como uma questão particular, que digam respeito aos indivíduos em particular ou à paróquia ou à diocese ou a alguma nação: mas algo que pertença à Igreja universal, sendo eles expressão viva da sua oração. Por esse motivo não é lícito a ninguém mudar tais fórmulas, introduzir novas, substituí-las por outras. Proíbe-o a mesma dignidade da sagrada liturgia, por meio da qual o homem se

põe em contato com Deus; proíbe-o também o bem das almas e a eficácia da ação pastoral que dessarte ficaria comprometida. Por isso é conveniente lembrar aquela norma da Constituição Litúrgica, a qual estabelece que “a regulamentação da Sagrada Liturgia é da competência exclusiva da autoridade da Igreja” (S. C. n.º 22,1; cfr. 33).

Falando-vos, porém, das normas que devem orientar a vossa atividade não podemos silenciar algumas tendências que se manifestam em várias partes da Igreja e que para nós são motivo de não pouca preocupação e sofrimento.

Referimo-nos antes de tudo a uma mentalidade que se vem formando em muitos, que recebem de má vontade tudo aquilo que provem da autoridade eclesiástica e vem legitimamente mandado. Acontece porisso que em matéria de liturgia as mesmas Conferências Episcopais muitas vezes procedam por própria conta além dos justos limites. Acontece também que se realizem arbitrariamente experiências ou se introduzam ritos que estão abertamente em contraste com as normas estabelecidas pela Igreja. Não há quem não veja como esse modo de agir não só ofende gravemente a consciência dos fiéis, como prejudique também a mesma execução ordenada da reforma litúrgica que a todos impõe prudência, vigilância e sobretudo disciplina.

Muito mais, ainda nos preocupa o modo de agir daqueles que julgam o culto litúrgico deva ser despojado do seu caráter sagrado, e porisso erradamente pensam que não se devam usar objetos ou indumentos sacros, mas substituídos por aqueles de uso comum e vulgar. E a temeridade de alguns vai a ponto de não poupar o mesmo lugar sagrado das celebrações. É necessário dizer que semelhantes idéias subvertem não só a genuína natureza da sagrada liturgia, mas também o verdadeiro conceito da religião católica (cfr. L. Bouyer, *La vie de la liturgie*, Ed. du Cerf, “Lex orandi”, p. 324).

Assim também, quando se trata de simplificar ritos, fórmulas e gestos litúrgicos, é preciso ter o cuidado para não avançar demais, e não ter em devida consideração o grande valor que reconhecida-mente se atribui aos “sinais” litúrgicos. Isso levaria sem mais a um empobrecimento da liturgia. Uma coisa é eliminar dos ritos sagrados aquilo que hoje parece demasiadamente redundante, ou antiquado e inútil; e outra coisa é despojar a liturgia dos sinais e da parte decorativa que, se conservados dentro dos justos limites são de todo necessários ao povo cristão a fim de que possa captar as misteriosas realidades e as verdades que se escondem debaixo do véu dos ritos exteriores.

Estando assim as coisas, diletos filhos, é vossa excelsa e grande tarefa fazer com que a sagrada liturgia mostre aos homens a sua

genuína beleza e jogue com tóda a sua eficácia para promover a vida espiritual da sociedade. E isso ainda não é tudo. Deveis outrossim, fazer que com o passar do tempo, não diminua o fervor de renovação litúrgica, do qual hoje está salutarmente tomado o Povo de Deus.

Naturalmente nisso é preciso proceder gradualmente porque a empreza que encetastes requer que se tenha em conta um grau de preparação dos fiéis. Porisso os novos ritos deverão ser apresentados nas maneiras e nos tempos mais oportunos para a sua aceitação e compreensão.

Seja-nos lícito finalmente fazer-vos uma última recomendação que nos está muito a peito. Fazei com que o vosso trabalho não se afaste demasiadamente da tradição romana, onde a liturgia latina teve sua origem, se desenvolveu e atingiu o seu fastígio. É uma recomendação que nós somos levados a fazer não por interesse histórico e local e nem sequer nos move o desejo de poder; mas porque ela deriva de razões teológicas e constitucionais da Igreja, que tem em Roma o centro da sua unidade e da sua catolicidade. A êsse respeito, mais do que a nossa voz, ouça-se a voz de dois insignes cultores da Liturgia.

O primeiro, da ordem de São Bento, Padre Gabriel M. Brasó assim se exprime: “Quem não se sente romano, difficilmente poderá assimilar todo o espírito da liturgia. A romanidade é salvaguarda da pureza do espírito litúrgico. Os desvios em matéria de liturgia como em tantos outros campos do pensamento e da prática da vida cristã têm, via de regra, como base a falta de romanidade. Um patriotismo excessivo e fechado faz ver como rival o amor a Roma, e qualifica de incompreensão as normas e como despóticas imposições as suas leis. A romanidade é a base da nossa catolicidade” (*Liturgia e Spiritualità*, edizioni liturgiche, Roma 1.958, pág. 307-8).

A outra afirmação de que nos queremos servir, é de E. Bishof, que se tornou célebre como eminente estudioso no campo da liturgia; êle ainda nos adverte no seu estudo sôbre o gênio do rito romano: “A maneira romana não carece de suas virtudes próprias, virtudes tanto mais indispensáveis e dignas de apreciadas enquanto a história religiosa da Europa em diversas fases permite constatar os maléficos efeitos que derivaram do seu desconhecimento” (*Le Génie du Rit Romain*, Libr. de l'art catholique, p. 66-67).

Por isso, diletos filhos, não tenhais desconfiança e temor de Roma: ela saberá acolher de boa mente, sopesar justamente e tornar perene e verdadeiramente católico o vosso trabalho, não para seu louvor, mas da Igreja e para a Glória de Cristo nosso Redentor.

São estas as diretrizes que, movidos pela consciência da nossa missão apostólica, achamos por bem apresentar-vos. Para que sejam por vós pronta e retamente executadas. O Senhor vos conceda a

abundância das graças celestes, em cujo auspício damos a cada um de vós a Bênção Apostólica.

4. Palavras do Santo Padre aos Missionários Salesianos de partida para a América Latina.

Na audiência geral de 18 de setembro passado o Santo Padre, dirigindo a sua palavra a alguns grupos especiais, endereçou esta saudação e votos aos Missionários Salesianos de partida para a América Latina.

“A nossa saudação paterna se dirige agora com vivo afeto ao grupo de sacerdotes salesianos, de partida para as missões da América Latina.

Sêde bem vindos filhos diletíssimos! Com a vossa visita despertais no nosso ânimo o eco suavíssimo dos dias inesquecíveis que vivemos, não faz muito, durante a nossa viagem para o Congresso Eucarístico de Bogotá. E nos trazeis também a prova do vosso generoso propósito para com aquêlê grande continente para onde pretendeis dirigir-vos com propósitos generosos, sem dar ouvidos à voz da carne e do sangue, mas sòmente àquela do Senhor que vos chama e das almas que invocam o vosso auxílio.

Como salesianos, vós na América Latina recebereis em custódia uma herança preciosíssima: a que vos foi deixada pelos vossos predecessores os quais souberam criar naquelas regiões um patrimônio incomparável de obras, de atividades, de experiências, das quais os filhos de Dom Bosco podem legitimamente orgulhar-se.

Hoje fôstes chamados para fazer frutificar essa obra, embora no meio de tremendas dificuldades que a Igreja encontra naquele continente. Acompanhe-vos a graça do Senhor nessa tarefa altíssima, cheia de árduos trabalhos, mas também de santas consolações. Com esta finalidade rezaremos por vós, e como penhor dos auxílios celestes damo-vos a Bênção Apostólica”.

5. Carta endereçada ao Reitor Maior pelos Missionários de partida para a América Latina.

Ao Reverendíssimo Padre Ricceri e Reverendíssimos Superiores Maiores

Mui amados Padres, no momento em que nos preparamos para deixar a nossa Pátria, partindo para viver o Evangelho em diversas Nações da América Latina, somos felizes em exprimir a nossa alegria

por termos vivido juntos em Roma, na pesquisa e na oração, as primícias da nossa nova vida apostólica.

Ao mesmo tempo que vos agradecemos o afeto com que nos acompanhastes no passado, sentimos a necessidade de pedir-vos agora de modo especial, toda a vossa amizade, com a qual contamos para o futuro.

Experimentamos a grande utilidade do Curso de Preparação, participamos dele com alegria e achamos indispensável que semelhantes cursos se organizem também para o futuro numa norma estável e mais completa.

A poucos dias do Congresso Eucarístico de Bogotá, onde a passagem do Santo Padre reacendeu em todos a preocupação por aquelas imensas populações que esperam o pão do corpo e do espírito, sentimo-nos pequenos diante da tarefa que nos espera.

Conscientes embora de encontrarmos lá outros irmãos que naquelas terras, há muitos anos, se doam sem reserva na construção da Igreja, nós pensamos que o nosso não seja um afastamento puro e simples das comunidades de Irmãos e de Cristãos — jovens dos nossos colégios, jovens e adultos das nossas paróquias e dos nossos oratórios — das quais procedemos .

A nossa partida, acreditamos, não é um ato puramente individual, e não o deve ser! São os Salesianos da Casa, da Inspetoria, da Congregação inteira que se identificam conosco que partimos, felizes por esse gesto cumprido em vista da Igreja Universal, a serviço de uma das zonas de maior urgência pastoral, a América Latina.

Para nós será de grandíssima consolação, nas dificuldades que encontraremos sentirmo-nos unidos às Inspetorias de origem, aos Irmãos distantes que nos compreendem e nos sustentam com a oração, a simpatia, os meios a seu alcance, e com a sua vida cristã vivida em tensão missionária.

Aliás, a tarefa comum de construir a Igreja será objetivamente o traço mais forte entre nós e os que ficam, no Cristo que sempre opera no mundo inteiro.

Roma, 18 de setembro de 1968.

Instituto Internacional Salesiano São Tarcísio, junto às Catacumbas .

Em Dom Bosco (seguem as assinaturas).

VI. SALESIANOS DEFUNTOS

Sac. Teodoro Andreas

★ 9.9.1901, † Cheptet - North Arcot (Índia) com 39 anos de profissão e 31 de sacerdócio.

Depois de ordenado Sacerdote em Benediktbeuern, partiu missionário para a Índia. Sua missão de Vigário foi interrompida somente o tempo que esteve prisioneiro de guerra. Grande missionário e zeloso sacerdote, tinha especial predileção pelos pobres e pelas crianças. Desenvolveu maravilhoso e profícuo apostolado durante quase 16 anos na missão de Vellore, promovendo construções e atividades notáveis, em particular em favor dos pobres e dos leprosos.

Sac. Carlos Baruffaldi

★ 27.2.1879, † Montevideú (Uruguai) 31.8.1968 com 89 anos de idade, 69 de profissão e 63 de sacerdócio. Foi diretor 25 anos.

Partiu para a América com a idade de 17 anos. Passou mais de 70 anos nas casas do Uruguai e do Paraguai, sempre pronto a obedecer, mesmo quando, já septuagenário, foi enviado para a Terra do Fogo para fundar a mais austral escola agrícola.

Atingido pela cegueira, brilhou nele mais ainda a paciência, a caridade, a compreensão para com os outros e quase o medo de incomodar, sempre estreitamente ligado à vida de comunidade.

Transcorreu sua vida salesiana com serenidade e simplicidade embora no meio de graves dificuldades.

Coad. Efrem Bertan

★ 14.1.1923, † Santo Domingos (Rep. Dominicana) 29.6.1968 com 45 anos de idade e 28 de profissão.

Depois de alguns anos de vida religiosa, partiu para a Rep. Dominicana onde exerceu seu apostolado salesiano como diretor do coral e da Banda em Moca e Santo Domingos. Na paróquia do Sagrado Coração de Jesus durante três anos esteve à frente da escola salesiana para meninos pobres num dos subúrbios mais necessitados. O amor à Congregação, o espírito de generosidade e o trabalho incansável foram as características com que conquistou o coração de todos.

Sac. João Bat. Biglino

★ 9.12.1899, † Turim - Richelmy (Itália) 24.8.1968, com 68 anos de idade, 48 de profissão e 40 de sacerdócio.

Viveu para a escola com a forte paixão e o vivo interesse de autêntico filho de Dom Bosco, e quis e soube ser mestre-educador de uma grande multidão de meninos, especialmente nos Institutos de São João Evangelista e do Richelmy em Turim.

Atacado de fortes incômodos cardíacos, passou o último ano num verdadeiro repouso forçado, purificado pela dor, pela paciência e pela resignação.

Sac. Martinho Bogucki

★ 10.11.1888, † New Rochelle (USA) 27.3.1968 com 79 anos de idade, 56 de profissão e 49 de sacerdócio. Foi 6 anos diretor.

Chegou aos Estados Unidos logo após a primeira guerra mundial e trabalhou durante muitos anos na casa de Ramsey, N. J. Seu zelo sacerdotal e sua grande humildade o tornaram estimado de todos. Neste ano celebraria suas bodas de ouro.

Sac. José Maria Capote

★ 7.12.1884, † Rota (Espanha) 12.6.1968 com 83 anos de idade, 41 de profissão e 33 de sacerdócio.

Capelão das Filhas de Maria Auxiliadora de Rota, não descuidou o apostolado externo, provas disso são as escolas populares daquela cidadezinha e de tal maneira cativou o afeto de todos que, estando ainda em vida, foi-lhe dedicada uma rua da cidade.

De compleição robusta, pronto ao sacrifício e à abnegação, deixa o exemplo de uma vida simples caracterizada por uma doação sem limites e sem pretensões.

Como bom filho de Dom Bosco amou profundamente Maria Auxiliadora. São muitos os ex-alunos que lhe pranteiam a morte.

Sac. José Paulo Casagrande

★ 5.11.1897, † S. Isidro (Argentina) 28.8.1968 com 70 anos de idade, 53 de profissão e 46 de sacerdócio. Foi diretor 3 anos.

Sacerdote zeloso, consagrou-se totalmente ao magistério. Apreciadíssimo pelos alunos que com grande estima e afeto lhe retribuiam a preparação e seu espírito generoso e compreensivo.

Escreveu sobre catequese e Liturgia e enriqueceu com 19 livrinhos a Antologia Teatral Salesiana. Era assistente de diversas asso-

ciações religiosas no meio das quais multiplicava o zêlo de intenso apostolado.

Sac. Benjamin Chinnici

★ 10.2.1909, † Catânia (Itália) 30.9.1968 com 59 anos de idade, 43 de profissão e 34 de sacerdócio.

Sua piedade sentida, sua habitual serenidade e a exatidão no desempenho generoso dos encargos que lhe foram confiados, especialmente em quase 30 de administração de nossas Casas, lhe granjearam estima e bem-querer dos irmãos e dos pais do alunos e de quantos tiveram a dita de conhecê-lo. Deixou um vazio na Congregação mas ao mesmo tempo um exemplo de verdadeiro filho de Dom Bosco.

Sac. Martinho Dokudowiec

★ 2.10.1908, † Szczecin-Wielgowo (Polónia) 23.5.1968 com 59 anos de idade, 39 de profissão e 29 de sacerdócio.

Sacerdote de coração grande, amigo de todos e extremamente delicado em seu modo de agir; desenvolveu essas qualidades como capelão do hospital e depois como Vigário.

Sua morte foi acompanhada com muito pesar pelos irmãos e paroquianos.

Sac. José Dryzalowski

★ 14.3.1909, † Londres (Inglaterra) 27.9.1968 com 60 anos de idade, 40 de profissão e 30 de sacerdócio.

Sac. Mário Forgione

★ 14.3.1908, † Campinas (Brasil) 26.7.1968 com 66 anos de idade, 47 de profissão e 39 de sacerdócio. Foi diretor 24 anos.

Últimamente era Vigário Inspetorial de Campo Grande, Mato Grosso; um edema pulmonar lhe cortou em poucos instantes a existência. Toda a sua vida se passou no meio da juventude, apreciado como salesiano autêntico, professor, músico, animador de qualquer atividade. Sacerdote profundamente bom, gentil e compreensivo, deixa uma grande saudade no meio dos ex-alunos. Admirável nêle a disposição de adaptar-se aos tempos novos, procurando compreender as novas gerações.

Subdiácono Francisco Franco

★ 7.5.1940, † Candelário (Espanha) 23.6.1968 com 28 anos de idade e 10 de profissão.

Morreu num ato de extrema caridade tentando salvar, das águas de um rio, um menino seu assistido ;foi encontrado com as mãos em cruz sôbre o peito em atitude de oração. De espírito e caráter sincero, simples e bom, tinha uma vocação sacerdotal firme. Dias antes de sua morte havia escrito uns versos muito bonitos nos quais previu sua morte num caminho de sangue.

Sac. Pedro Galizzi

★ 19.4.1877, † Betlem (Palestina), 8.7.1968 com 81 anos de idade, 58 de profissão e 47 de sacerdócio. Foi diretor 3 anos.

Com a morte de P. Galizzi desaparece um veterano da Inspetoria do Oriente Médio: nela trabalhou desde 1916. Salesiano fervoroso, sacerdote piedoso e zeloso, trabalhador incansável, consagrou os últimos anos de sua vida ao ministério das confissões, sobressaindo pela clareza da doutrina e pela compreensão paterna.

Na vida de comunidade foi elemento de união e de serenidade, dando exemplos preclaros de sacrifício e fortaleza.

Sac. Jorge Heeb

★ 6.5.1882, † Bensheim (Alemanha) 13.9.1968 com 86 anos de idade, 68 de profissão e 60 de sacerdócio.

Era o salesiano mais antigo da Inspetoria de Mônaco e pertencia àquela falange de jovens que, formados na Itália, na casa de Penango e Ivrea, foram depois as pedras fundamentais da Congregação nos países do Norte da Europa.

Sua característica foi o grande apêgo ao ministério das confissões, às quais se dedicava, muitíssimo apreciado por todos, durante longas horas do dia, além das suas ocupações ordinárias.

Sac. Sigimundo Jedrzejak

★ 9.10.1911, † Dobre Miastro (Polônia) 7.7.1968 com 56 anos de idade, 33 de profissão e 20 de sacerdócio.

Foi um salesiano sempre sorridente e muito ativo. Com seu caráter cordial e aberto havia conquistado o afeto das numerosas turmas de jovens por êle formados para a vida cristã durante os estudos na nossa escola de Rozanystok. Foi alguns anos vigário em Rogiedle.

Sac. Ivo Alberto Junkes

★ 10.7.1924, † Pôrto Alegre (Brasil) 13.6.1968 com 43 anos de idade, 23 de profissão e 15 de sacerdócio. Foi diretor 3 anos.

Tombou no trabalho como digno filho de Dom Bosco. Foi sacerdote salesiano entregue totalmente ao bem dos outros com simplicidade, piedade, humildade, num trabalho incansável. Incapaz de qualquer cuidado para si, foi bom e generoso com todos atraindo-se a simpatia dos irmãos e dos amigos da obra salesiana. A longa doença sublimou sua vida, toda sacrificada por amor à Congregação.

Sac. Osvaldo Krause

★ 31.7.1904, † Rudesheim (Alemanha) 9.7.1968 com 64 anos de idade, 45 de profissão e 37 de sacerdócio.

Começou sua vida sacerdotal entre os estudantes alunos do Liceu de Bamberg e o Bispo o colocou na frente de todas as associações juvenis daquela cidade. Foi-lhe em seguida confiado o cuidado das almas no meio das comunidades protestantes de Kassel e o ensino da religião. Durante a guerra atendeu com zelo apostólico aos refugiados, especialmente estrangeiros. em Hess-Lichtenau construiu a Igreja a Cristo Rei e em Furestenhugem a capela a N. S. Auxiliadora, que se tornou centro de devoção mariana também para os protestantes.

Coad. Bento La Spada

★ 16.6.1941, † Palermo (Itália) 21.8.1968 com 27 anos de idade e 8 de profissão.

Irmão de eminentes dotes intelectuais, ótimo e exemplar religioso, generoso no trabalho e bom desenhista na tipografia.

Morreu afogado num trágico incidente.

Sac. Mário Matri

★ 23.8.1915, † Roma (Itália) 23.8.1968 com 53 anos de idade, 34 de profissão e 22 de sacerdócio.

Durante a doença que o prendeu ao leito durante 18 meses, aperfeiçoou o seu espírito e consumou sua total oblação a Deus. A morte o encontrou preparado para ser, de acordo com o mote de sua Primeira Missa, uma lâmpada ardente na casa de Deus.

Sac. Justo Miranda

★ 27.5.1893, † Madrid (Espanha) 17.6.1968 com 75 anos de idade, 57 de profissão e 48 de sacerdócio.

Em sua vida salesiana ocupou diversos cargos de responsabilidade nas casas da Andaluzia e das Canárias, demonstrando-se sem-

pre nobre e delicado nas relações sociais e humanas. Foi exemplo luminoso de laboriosidade serena e incansável, fidelíssimo à vida religiosa e afeiçoado à Congregação.

Edificou a todos suportando com resignação cristã a incômoda doença que o acompanhou nos últimos anos.

Coad. Antônio Narciso

★ 23.6.1902, † Pescara (Itália) 24.7.1968 com 66 anos de idade e 41 de profissão.

Com 22 anos de idade entrou como aspirante na nossa casa de Ivrea de onde partiu missionário para a China. Estêve com Mons. Versiglia depois em diversas casas deixando em tôda parte saudosas lembranças de sua piedade e de sua fidelidade a Dom Bosco. Finalmente cansado e fisicamente esgotado, teve que voltar à Itália onde se demonstrou sempre preciso e ativo nos ofícios que a obediência lhe confiou.

Sac. José Ochoa

★ 18.3.1900, † La Plata (Argentina) 24.7.1968 com 68 anos de idade, 50 de profissão e 42 de sacerdócio. Foi diretor 20 anos.

Viveu sua consagração sem poupar-se no serviço de Deus em favor das almas. Desenvolveu seu apostolado quasi exclusivamente no múnus paroquial com um dinamismo realmente excepcional. Erigiu seis capelas, duas igrejas, três asilos de velhos e crianças; em cada uma das paróquias em que trabalhou, deixou uma vintena de associações religiosas assistenciais e sociais. Amante da música, formou vários corais polifônicos para abrilhantar as funções sagradas.

Deixa-nos o exemplo de uma doação incondicional à causa de Deus e de generosa fidelidade à vocação salesiana.

Coad. Jacinto Perilla

★ 3.6.1913, † Bogotá (Colômbia) 21.8.1968 com 55 anos de idade e 32 de profissão.

Os primeiros 20 anos de sua vida religiosa passou-os como chefe de alfaiataria e assistente dos filhos de leprosos. Depois, atacado de artrite articular, deu admirável exemplo de humildade, de pobreza e paciência, enquanto a doença reduzia seu corpo à inação. Os últimos anos foram para êle um doloroso mas resignado sofrimento no noviciado e em seguida no estudantado teológico.

Esforçou-se para viver a vocação de coadjutor salesiano no trabalho santificado e depois na mais completa submissão à vontade divina que o purificou no sofrimento.

Cod. Magino Portella

★ 5.3.1902, † Bilbao (Espanha) 28.8.1968 com 66 anos de idade, e 45 de profissão.

Característica dêste querido irmão foi seu grande espírito de sacrifício. Nas dificuldades de após-guerra, viajava dia e noite em busca de meios para numerosos alunos internos. Edificante na sua piedade simples e profunda. Sabia conciliar a custo de qualquer esforço suas variadíssimas ocupações com a participação nos atos da vida comum, especialmente as práticas de piedade.

Coad. Simão Preciado

★ 28.10.1887, † Tena (Colômbia) 1.8.1968 com 80 anos de idade e 48 de profissão.

Passou quasi tôda a sua vida salesiana como cozinheiro em diversas casas, especialmente em Ibagué e Bogotá. Distinguiu-se pela sua simplicidade, obediência e grande espírito de sacrifício e de trabalho. Também nos últimos anos, apesar da idade, dedicou-se com diligente cuidado a muitos úteis trabalhos da casa.

Sac. José Puertas

★ 23.9.1886, † Valença (Espanha) 28.8.1968 com 81 anos de idade, 59 de profissão e 50 de sacerdócio. Foi 15 anos diretor e 6 inspetor.

Desenvolveu fecundo trabalho salesiano em diversas partes e nações, como Diretor, Inspetor, promotor e fundador da casa de Deusto-Bilbao.

Em seus longos anos de vida salesiana distinguiu-se sempre pelo grande espírito de trabalho, piedade profunda e forte apêgo às causas salesianas.

Viveu seus últimos anos ao lado do Arcebispo Dom Marcelino Olaechea, exercendo ainda o ministério das confissões e dando aulas de religião até poucos meses antes de sua morte.

Coad. Paulo Richard

★ 2.9.1894, † Marselha (França) 2.7.1968 com 73 anos de idade e 49 de profissão.

Por mais de 45 anos despendeu suas energias em favor dos nossos aprendizes da escola de Marselha, como chefe de alfaiataria e como professor de música. Foi um irmão de grande abnegação e bondade: deixou-nos também o exemplo de grande fidelidade à vida religiosa e salesiana.

Sac. Ângelo Rochard

★ 5.6.1882, † Gradignan (França) 21.8.1968 com 86 anos de idade, 67 de profissão e 49 de sacerdócio. Foi diretor 26 anos.

Por mais de 20 anos entregou-se totalmente ao apostolado paroquial e à direção das nossas obras na África do Norte, na Argélia e na Tunísia.

Distinguiu-se pelo amor à assistência salesiana que praticava sobretudo no recreio, mesmo em idade avançada.

Outra característica foi a afabilidade: era de poucas palavras mas sua companhia era agradabilíssima.

Sac. Tiago Salústio

★ 15.3.1921, † Miramar (Argentina) 24.7.1968 com 47 anos de idade, 31 de profissão e 29 de sacerdócio. Foi diretor 6 anos.

Fiel a seus deveres religiosos, consagrou a sua vida ao magistério e ao trabalho paroquial. Dotado de grande sensibilidade, soube aproximar os mais necessitados para levar-lhes conforto e auxílio. A morte o encontrou no exercício de uma delicada obra de caridade: estava atendendo afetosamente a doentes e anciãos

Sac. Miguel Smetek

★ 9.9.1904, † Luszgowko (Polónia) 14.9.1968 com 64 anos de idade, 45 de profissão e 34 de sacerdócio.

Simplicidade de coração, humildade e piedade profunda: eis suas virtudes características. Apesar da doença foi sempre sereno. Presencioso com os irmãos e compreensivo com as fraquezas humanas. Foi trabalhador assíduo até os últimos dias de sua vida.

Sac. Luís Trifari

★ 3.12.1897, † Birmingham (USA) 23.6.1968 com 70 anos de idade, 45 de profissão e 40 de sacerdócio. Foi diretor 33 anos.

Muito estimado por todos como pregador e escritor, mas também como religioso humilde e zeloso. Foi Vigário de nossa paróquia de New York, Port Chester, Elisabeth: em seguida foi mandado na difícil missão da casa de Birmingham onde conseguiu estima e amor como pai dos pobres, no meio dos negros e os poucos católicos brancos daquela grande cidade industrial durante estes anos de agitação social.

Sac. Carlos Jorge Trojan

★ 7.11.1913, † Koln-Mulheim (Alemanha) 26.8.1968 com 54 anos de idade, 36 de profissão e 27 de sacerdócio.

Nasceu na Saxônia de pais protestantes. Frequentou o instituto católico e recebeu a graça da conversão. O Senhor o chamou em seguida para a Congregação onde se distinguiu pela sua serenidade de espírito e constante alegria. Uma ferida recebida durante a última guerra deixou-lhe um sofrimento contínuo que suportou com generosa resignação e paciência.

Sac. Francisco Tsuchiya

★ 6.9.1931, † Tokyo (Japão) 15.7.1968 com 36 anos de idade, 16 de profissão e 8 meses de sacerdócio.

Foi o primeiro da família a abraçar o catolicismo e em pouco tempo atraiu todos os familiares.

Fêz do Sacerdócio um ato de agradecimento a Deus pelo grande dom da Fé e um serviço aos irmãos para guiá-los à mesma fé. No ministério sacerdotal e no trabalho salesiano realizado com sacrifício e dedicação apostólica, soube cativar-se a confiança, a estima e a veneração de quantos o conheceram.

Mons. José da Cruz Turcios Barahoma

★ 1.9.1884, † São José da Costa Rica com 83 anos de idade, 58 de profissão, 48 de sacerdócio. Foi diretor 9 anos. Bispo Auxiliar 4 anos e Arcebispo de Tegucigalpa 15 anos. Há 6 anos havia renunciado à arquidiocese devido à sua avançada idade.

Vocação adulta, trouxe para a Congregação um caráter já temperado pelo trabalho e pelo sacrifício. Salesiano com 29 anos e sacerdote com 34, tornou-se o apóstolo dos Oratórios, aos quais dedicou todas os anos e todas as energias de sua vida sacerdotal. Desenvolveu seu apostolado em diversas repúblicas da América Central, atraindo em toda parte grande admiração com sua visão organizativa e sua alegria espontânea. Sensibilíssimo aos problemas juvenis, deu grande impulso às suas associações tornando-se admirado não somente pela capacidade de organizar mas também e sobretudo pela formação cristã que sabia infundir nos jovens.

Sua obra apostólica como Arcebispo, não lhe impediu de continuar a ser o Pai dos pobres, especialmente da juventude necessitada.

Foram suas características: Um coração mansíssimo, trato amável e simpático, uma aguda e operante sensibilidade aos problemas dos pobres, e uma adaptabilidade quasi natural a todas as situações.

Sua morte constituiu-se luto nacional.

3º elenco 1968

N.	COGNOME E NOME	DATA DI NASCITA	ISPETTORIA	LOCALITÀ E DATA DI MORTE	ETÀ
89	Sac. ANDREAS Teodoro	9.9.1901	Madras	Chetpet (India)	8.1.1968 66
90	Sac. BARUFFALDI Carlo	27.2.1879	Uruguay	Montevideo	31.8.1968 89
91	Coad. BERTAN Efrem	14.1.1923	Antille	Santo Domingo	29.6.1968 45
92	Sac. BIGLINO Giov. Batt.	9.12.1899	Subalpina	Torino-Richelmy	24.8.1968 68
93	Sac. BOGUCCI Martino	10.11.1888	New Rochelle	New R. (USA)	27.3.1968 79
94	Sac. CAPOTE Giuseppe M ^a .	7.12.1884	Sevilla	Rota (Spagna)	12.6.1968 83
95	Sac. CASAGRANDE Gius. P.	5.11.1897	Bs. Aires	S. Isidro (Argentina)	28.8.1968 70
96	Sac. CHINNICI Beniamino	10.2.1909	Sicula	Catania (Italia)	30.9.1968 59
97	Sac. DOKUDOWIEC Martino	2.10.1908	Lodz (Polonia)	Szczecin-Wielgowo	23.5.1968 59
98	Sac. DRYZALOWSKI Gius.	14.3.1908	Inglese	Londra	27.9.1968 60
99	Sac. FORGIONE Mario	30.7.1902	Campo Gr.	Campania (Brasil)	26.7.1968 66
100	Sudd. FRANCO Francesco	7.5.1940	Zamora	Candelario (Spagna)	23.6.1968 28
101	Sac. GALIZZI Pietro	19.4.1887	Medio Oriente	Betlemme	8.7.1968 81
102	Sac. HEEB Giorgio	6.5.1882	Munchen	Bensheim (Germania)	13.9.1968 86
103	Sac. JEDRZEJAK Sigismondo	9.10.1911	Lodz	Dobre Miasto (Polonia)	7.7.1968 56
104	Sac. JUNKES Ivo Alberto	10.7.1924	Porto Alegre	P. Alegre (Brasil)	13.6.1968 43
105	Sac. KRÁUSE Osvaldo	31.7.1904	Koln	Rudesheim (Germania)	9.7.1968 64
106	Coad. LA SPADA Benito	16.6.1941	Sicula	Palermo (Italia)	21.8.1968 27
107	Sac. MAESTRI Mario	23.8.1915	Adriatica	Roma	23.8.1968 53
108	Sac. MIRANDA Giusto	27.5.1893	Cordoba (Sp.)	Madrid (Spagna)	17.6.1968 75
109	Coad. NARCISO Antonio	23.6.1902	Campano-Cal.	Pescara (Italia)	15.8.1968 66
110	Sac. OCHOA Giuseppe	18.3.1900	La Plata	La Plata (Arg.)	24.7.1968 68
111	Coad. PERILLA Giacinto	3.6.1913	Bogotá	Bogotá (Colombia)	21.8.1968 55
112	Coad. PORTELLA Magino	5.3.1902	Bilbao	Bilbao (Spagna)	28.8.1968 66
113	Coad. PRECIADO Simone	28.10.1887	Bogotá	Tena (Colombia)	1.8.1968 80
114	Sac. PUERTAS Giuseppe	23.9.1886	Valencia	Valencia (Spagna)	28.8.1968 81
115	Coad. RICHARD Paolo	2.9.1894	Lyon	Marseille (Francia)	3.7.1968 73
116	Sac. ROCHARD Angelo	5.6.1882	Lyon	Gradignan (Francia)	21.8.1968 86
117	Sac. SALUSTIO Giacomo R.	15.3.1921	La Plata	Miramar (Argentina)	24.7.1968 47
118	Sac. SMETEK Michele	9.9.1904	Lodz	Luszkowko (Polonia)	14.9.1968 64
119	Sac. TRIFARI Luigi	3.12.1897	New Rochelle	Birmingham (USA)	23.6.1968 70
120	Sac. TROJAN Carlo G.	7.11.1913	Koln	Koln-Mulheim (Ger.)	26.8.1968 54
121	Sac. TSUCHIYA Francesco	6.9.1931	Giappone	Tokyo	15.7.1968 36
122	Mons. TURCIOS Giuseppe	1.9.1884	Am. Cen.	S. José de Costa Rica	12.7.1968 83

Composto e Impresso nas
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Rua da Moóca, 766 (Moóca)
Fone: 33-5459 — P. A. B. X.
Caixa Postal, 30 439
SAO PAULO